



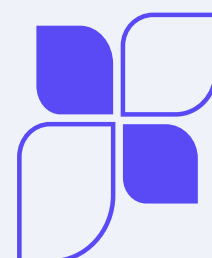
PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Caderno 1 - Formação Pedagógica

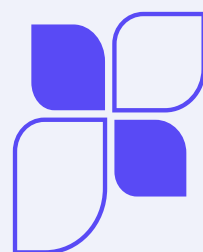
Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores





PROFuncionário

Programa de Formação Inicial em Serviço
de Profissionais da Educação Básica



Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B823f Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Funcionários de escolas: cidadãos, educadores, profissionais e gestores [recurso eletrônico] / João Antônio Cabral de Monlevade. - ed., rev., e atual. por João Antônio Cabral de Monlevade - Brasília: Instituto Federal de Brasília, 2025.

1 arquivo texto : 104 p. ; il. color. ; 19,5 MB. - (Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica; 1)

Formato: PDF.

Modo de acesso: World Wide Web.

ISBN 978-85-85862-39-8

1.Profissionais da educação. 2.Funcionários de escolas. 3.Escolas - Administração de pessoal. 4.Educação Básica. I.Monlevade, João Antônio Cabral de. II.Título. III. Série.

CDU 37.07

Catálogo na fonte: Aryane Tada F. Santos CRB/1-2640.



Bem-vindo(a) ao Profuncionário,

O Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec), fortalece e amplia o Profuncionário neste ano de 2025.

O objetivo é ofertar educação de qualidade para valorizar os/as trabalhadores/as da educação, buscando redimir a dívida histórica do Estado brasileiro para este segmento da educação básica pública.

Oficialmente, instituído pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 25, de 31 de maio de 2007, o programa foi ampliado como parte da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, regulamentada pelo Decreto nº 7.415, de 30 de dezembro de 2010, e reafirmada pelo Decreto nº 8.572 de 9 de maio de 2016. Contudo, em 2017, o programa foi descontinuado.

O programa foi retomado somente em 2023, com a instituição do Grupo de Trabalho (GT), responsável por avaliar a retomada e as melhorias do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público, por meio da Portaria nº 1.574, de 9 de agosto de 2023.

A continuidade da ação contou com a publicação da Portaria MEC nº 395, de 29 de maio de 2025, que institui o Programa de Formação Inicial em Serviço de Profissionais da Educação Básica - Profuncionário.

Os objetivos são: promover a profissionalização específica a partir de cada área de atuação individual e coletiva no contexto pedagógico da unidade escolar; fortalecer a identidade profissional dos funcionários da escola pública da educação básica; possibilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica; contribuir para a redução de desigualdades sociais e econômicas; estimular a elevação da escolaridade; e proporcionar a valorização dos profissionais da educação.

Desejamos que esta jornada, embora desafiadora, seja proveitosa e transformadora!

Um excelente curso!

São os votos do Ministério da Educação





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Presidente da República

CAMILO SOBREIRA DE SANTANA
Ministro de Estado da Educação

MARCELO BREGAGNOLI
Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica

Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica



FICHA TÉCNICA

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
Veruska Ribeiro Machado

Pró-reitoria de Ensino
Rosa Amélia Pereira da Silva

Diretoria de Educação a Distância
Jennifer de Carvalho Medeiros

Coordenação Geral do Projeto
Blenda Cavalcante de Oliveira

Coordenação Pedagógica
Juana de Carvalho Ramos Silva
Marina Morena Gomes de Araújo

Coordenação de Produção de Material Didático
Adriano Vinício da Silva do Carmo

Orientação de Ensino Aprendizagem
Anna Vanessa Lima de Oliveira
Carolina Gonçalves Gonzalez
Vânia do Carmo Nóbile

Design Educacional
Anna Oliveira Barboza
Danilo Gonçalves da Fonseca
Juana de Carvalho Ramos Silva
Juliana Parente Matias
Leandro Alves Faria
Luciano de Andrade Gomes
Ricardo Pereira Araújo

Produção Multimídia
Erika Ventura Gross
Marcos Pereira dos Santos

Revisão de Texto
Anna Oliveira Barboza
Laion Roberto Agostini Stanczyk

Apoio Administrativo
Noeme César Gonçalves

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa

Gisele Silva de Siqueira
Iara Pinheiro da Silva
Mércia Dalyanne Lopes de Araújo
Pedro Henrique Assunção Alvarinho
Pérola Reginaldo das Virgens
Rita de Cássia Frazão

Estudantes bolsistas de Licenciatura em Pedagogia

Esther Lucena de Souza
Eudicleia de Oliveira Silva
Keila Alves Neri

Mensagem do autor

Meu nome é João Antônio Cabral de Monlevade. Nasci há mais de oitenta anos na cidade de São Paulo, fui aluno de escolas públicas de ensino fundamental em Campinas, e de 1969 a 1998, tornei-me professor da rede estadual de Mato Grosso, nos municípios de Rosário Oeste, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia e Acorizal.

Convivi mais de meio século com funcionários e funcionárias de escolas que me educaram e me tornaram um cidadão feliz. Sobre alguns deles e delas, você terá notícia neste texto, que constitui o primeiro Caderno Pedagógico do Profucionário, pelo qual você inicia seu curso de profissionalização.

Em 1972, fui admitido como docente da Universidade Federal de Mato Grosso e, ali, acumulei conhecimentos teóricos e práticos na área de organização, estrutura e funcionamento da educação escolar, que me credenciaram a escrever este Caderno sobre a identidade dos funcionários: cidadãos, educadores, profissionais e gestores, agora lançado em sua quinta edição, revista e atualizada.

Como está explícito no Caderno de Orientações Gerais que você certamente recebeu e que deve consultar ao longo de seus estudos, os cursos do Profucionário visam, mais do que à formação, uma transformação de seus estudantes e, por consequência, do ambiente educativo das escolas públicas. Este Caderno é um momento inicial da caminhada, composta por um conjunto de disciplinas pedagógicas e outro de disciplinas técnicas, articuladas pela Prática Profissional Supervisionada (PPS).

Aqui de longe, de Ceilândia, região administrativa do Distrito Federal onde moro, sou seu professor e lhe proponho o seguinte roteiro de estudos: um texto composto de oito capítulos, nos quais desenvolvo a temática da disciplina, na forma mais coloquial possível. Um conjunto de 32 verbetes, em que exploro conceitos da organização, da estrutura e do funcionamento da educação escolar, muitas vezes com uma pitada de história e de legislação. Um "monte" de sugestões de atividades práticas - os "Pratiques", que se tornaram uma tradição dos cursos do Profucionário desde 2005.

Seu tutor ou tutora será de fundamental importância, não somente para explicar o que não consegui comunicar no texto e em suas dúvidas, como também para escolher com você alguns Pratiques para: a) fazer a interação "teoria e prática" em seu processo de aprendizagem; e b) compor atividades de sua PPS, que se desenvolverá ao longo do curso e atingirá, pelo menos, 180 horas de trabalho pedagógico relacionadas ao perfil geral e específico de sua habilitação, citadas nas Orientações Gerais.

Caro/a funcionário/a, prezado/a estudante. Devo estar falando de coisas óbvias ou de teorias complicadas. Depende, em grande parte, se você já teve ou não contato com este Caderno, se você participou ou não de algum encontro presencial do Profucionário. Todo começo é uma novidade. Espero que as novidades que lhe trago sejam tão boas que, no fim, possa receber por telepatia a mensagem fundamental que também lhe passo: prazer em tê-lo/a conhecido/a!

João Antônio Cabral de Monlevade



Apresentação do Caderno

Você, funcionário/a de escola pública, está fazendo um dos cursos profissionais de nível médio a distância que vai habilitá-lo a exercer, como técnico/a, uma das profissões não docentes da educação escolar básica.

Este é o primeiro Caderno que corresponde a uma das seis disciplinas do módulo pedagógico, do qual seguirá módulo técnico comum às habilitações e disciplinas específicas de sua profissão de técnico.

Neste módulo, e no respectivo Caderno, dedicado à construção da identidade dos funcionários no contexto da estrutura e do funcionamento da educação básica, você terá, em cada uma das unidades, um texto-base, seguido de mini textos temáticos (verbetes) e de questões para você pesquisar e responder.

Objetivo

Com o estudo deste material, você irá ampliar os conhecimentos sobre a estrutura e operação da educação escolar básica no Brasil, nas redes federal, estaduais e municipais, para desenvolver seu novo papel como cidadão, educador, profissional e gestor nas escolas e nos órgãos dos sistemas de ensino.

Ementa

Os funcionários de escola no contexto da educação escolar. Papel social da escola e as funções educativas não docentes: prática integrada, profissionalismo e compromisso social. Relação entre os funcionários e a estrutura e operação das etapas e modalidades da educação básica: legalidade e realidade. Papel dos funcionários na elaboração e na execução da proposta pedagógica e da gestão democrática das escolas e dos sistemas de ensino. Categoria, formação, sindicato e participação política.

Ao final do Caderno, será disponibilizada pelo Instituto Federal ou pela Coordenação Estadual do Profuncionário uma bibliografia básica sobre os funcionários e sua história. Vamos nos conhecer melhor ao longo do módulo e, além disso, seu tutor o ajudará a superar as dúvidas e dificuldades.



Conheça seu Caderno

Prezado/a estudante, seja bem-vindo/a!

É importante que antes de iniciar sua leitura, você conheça bem o seu Caderno e os elementos que os compõem. Os ícones apresentados são elementos gráficos que enriquecem a comunicação visual, facilitando a organização e a leitura em contextos hipertextuais. Veja como funciona cada um:



Atenção

Atenção: indica pontos de maior relevância no texto.



Saiba Mais

Saiba Mais: remete o tema para outras fontes: livro, revista, jornal, artigos, noticiário, internet, música etc.



Vocabulário

Vocabulário: indica a definição de um termo, palavra ou expressão utilizada no texto.



Pratique

Pratique: apresenta sugestões de atividades para reforçar a compreensão do texto da disciplina e envolver o estudante em sua prática, bem como atividades para compor a carga horária de Prática Profissional Supervisionada (PPS), em planejamento conjunto entre estudante e tutor.



Refleta

Refleta: apresenta um momento de pausa na leitura para refletir/escrever/conversar sobre pontos importantes e/ou questionamentos.



Sumário

Unidade 1

Funcionários das escolas públicas: quem somos nós?.....14

Unidade 2

O que é educação? Desenvolvimento pessoal, socialização, comunicação e formação.....24

Unidade 3

A escola pública como espaço da educação de qualidade: Constituição do Brasil e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).....36

Unidade 4

Gênese histórica dos funcionários: religiosos coadjutores, escravos serviçais, subempregados clientelísticos, burocratas administrativos. Reconstruindo identidades.....48

Unidade 5

Funcionários: em primeiro lugar cidadãos. Escolaridade básica e superior.....60

Unidade 6

O papel dos funcionários como educadores.....70

Unidade 7

Funcionários: profissionais valorizados ou servidores descartáveis?.....80

Unidade 8

Funcionários: gestores na democracia escolar.....88

Referências.....101

Anexo.....103

Currículo do autor.....104





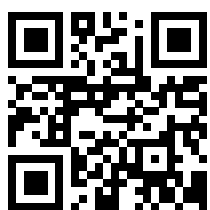
1

Funcionários das escolas públicas: quem somos nós?



**Saiba Mais**

Você pode acessar os números da educação básica brasileira no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep):



Funcionários das escolas públicas: quem somos nós?

Caro/a estudante,

Atualmente existem no Brasil quase dois milhões de funcionários trabalhando nas escolas públicas, federais, estaduais e municipais, os quais, como você, têm a missão de oferecer educação básica a mais de 40 milhões de alunos. E, diante desses números, talvez se sinta como um grãozinho de areia numa imensa praia, alguém sem a mínima importância.

Entretanto, para os estudantes da sua escola, você é essencial. Como foram, para mim, Tia Helena, em Pirassununga, "Seu" Carpino, em Campinas, Josefina, Laídes e Maria Faustina, em Mato Grosso. Você, tanto quanto o professor, é o educador ou a educadora com quem os alunos contam, 200 dias por ano, para construir sua cidadania e sua felicidade.

Quem eram tia Helena e Seu Carpino? Tia Helena era a bibliotecária da Escola Normal de Pirassununga, SP. Em minha infância, eu passava férias em sua casa e, muitas vezes, ela me levava para a escola. Eu ficava numa sala muito grande do segundo andar, cheia de livros, revistas e jornais. Um pouco de meu gosto pela leitura devo à Tia Helena. Como não era aluno da escola, mas seu sobrinho, para mim, ela era a mais importante educadora do Normal.

A imponência daquele prédio e a quantidade de livros, estantes e mesas me marcaram definitivamente. Em qualquer cidade, para mim, a escola é o prédio mais importante. E, dentro da escola, a biblioteca é onde se guardam todos os tesouros do saber, a sala mais rica e atrativa, que nos revela ao passado e ao futuro. Será que para outros estudantes também é assim? Ou... não poderia ser?

Seu Carpino era **inspetor de alunos** no Colégio Estadual Culto à Ciência, em Campinas, onde fiz os quatro anos do ginásio, que correspondiam aos anos finais do ensino fundamental de hoje. Era

um senhor de meia-idade, mais baixo que alto, um pouco corcunda, o que lhe dava o ar de pessoa sofrida. Tinha o dever de cuidar da "disciplina" nos recreios, pátios e corredores. Algo antipático, mas que ele fazia com muita mansidão. Embora tivesse por obrigação nos corrigir, era incapaz de nos ofender. Um belo dia, eu fui expulso da aula de religião, dada por uma estagiária da Universidade Católica. Fiquei colado à porta, esperando que o sinal do recreio me livrasse de alguma punição. Não é que Seu Carpino me viu? E lá fui eu para a Diretoria, onde Dr. Telêmaco me aplicou três dias de suspensão. Coube ainda a Seu Carpino me levar até o portão, onde, entre lágrimas, me disse: "Joãozinho, logo você, filho de Dona Alda, tão bonzinho, não merecia isso". Você entendeu? Ele sofreu mais do que eu, e eu aprendi muito mais a amar a Deus e ao próximo com suas lágrimas do que com os Dez Mandamentos que a estagiária recitava.



Adulto conduz criança. Fonte: Freepik

De Campinas, vamos para Mato Grosso, para conhecer outras três funcionárias de escola: a Josefina, a Laides e a Maria Faustina.

Em março de 1969, fui até Bauru e, de lá, de trem noturno, para Campo Grande, hoje capital do Mato Grosso do Sul. Os 700km até Cuiabá, em estrada de terra, areia e barro, foram vencidos em



Saiba Mais

Para entender como a legislação mudou, você pode acessar a **Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Mas atenção: Esta Lei foi revogada.



Vocabulário

Ideário - conjunto das ideias principais de um autor, de uma doutrina, movimento, partido etc.

20 horas, por um ônibus corajoso e cheio de pessoas inesquecíveis – como um senhor que levava um papagaio que aprendia o nome dos passageiros.

De Cuiabá, fui para Diamantino, sede da Prelazia dos Jesuítas, local onde ficavam os missionários com os quais iria trabalhar por dois anos. Lá, havia um internato para meninas, e uma delas, que tinha os olhos azuis, se chamava Josefina.

Três anos depois, virei diretor de uma Escola Experimental em Nova Marilândia/MT, com a missão de implantar os novos currículos fixados pela Reforma de Ensino prevista na **Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Nas séries iniciais do 1º grau, hoje ensino fundamental, as matérias deveriam ser desenvolvidas sob forma de atividades, fugindo do antigo método de “explicar pontos” e de exigir que os alunos decorassem o conteúdo. Da 5ª à 8ª série, propunham-se as “áreas de estudo”: Comunicação e Expressão, Matemática e Ciências e Estudos Sociais, e as “práticas de trabalho” para a sondagem das aptidões dos alunos, as quais visavam à iniciação à vida produtiva.

Qual não foi minha surpresa quando descobri que a Josefina, única jovem com o 2º Grau completo na cidade, tinha sido nomeada secretária da escola! Rapidinho, ela entrou em meu ritmo e em minha proposta de levar a sério a implantação do **ideário** da Reforma de Ensino. Embora ela se dedicasse às escriturações, aos registros de avaliação e a outras funções tradicionais de uma secretária escolar, revelou-se uma cogestora maravilhosa, totalmente identificada com a **proposta pedagógica da escola**. Juntos, redigimos o **Regimento Escolar**, peça necessária, até hoje, para a autorização do estabelecimento junto ao Conselho e Secretaria de Educação. Em plena ditadura civil-militar, conseguimos dar um caráter democrático à organização da escola: as decisões eram tomadas em colegiados e a participação da comunidade era total, até nas colheitas e nos lucros da horta escolar, plantada na beira do rio que banha a pequena cidade.

Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, com a atribuição de deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da escola. São instâncias de participação e decisão, espaços de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais. Possibilitam a participação social e promovem a gestão democrática. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a serem empreendidas e os meios a serem utilizados para o cumprimento das finalidades da escola.

Em fins de 1973, em Arenápolis/MT, os professores e os funcionários elegeram-me diretor da escola estadual. Tomei posse em fevereiro de 1974, no seu novo prédio, inaugurado pessoalmente pelo governador. Era uma escola bem maior, com mais de mil alunos, da pré-escola à oitava série do então chamado 1º grau.

No primeiro encontro do Conselho Escolar, órgão deliberativo máximo, com representantes de professores, funcionários, pais e alunos, que se reunia toda segunda-feira à noite, tomamos várias decisões: a principal, a de implantar o 2º grau e, se possível, um curso de licenciatura curta para formação de professores de práticas agrícolas e industriais.

Entre as outras, uma bastante polêmica, a de mudarmos a forma de trabalho da manutenção da infraestrutura da escola, novinha em folha, mas sem "cara de escola". O objetivo era transformar toda a área de dez mil metros quadrados em "espaço educativo".

Aí entra Laídes na história. Ela e Dona Nenê eram servidoras encarregadas da limpeza. O que alunos e professores sujavam, elas limpavam. Todo santo dia, uma mesmice. É verdade que a escola, depois das aulas, ficava "um brinco": chãos brilhando e banheiros cheirosos. Mas, que ideias e valores "entravam" na cabeça e nos corações dos alunos, dos "educandos"? Talvez, algo parecido com o sentimento dos senhores das casas-grandes em relação aos escravizados do Brasil colonial: o mundo é dividido entre os que sujam e os que limpam, entre os dominadores e os dominados, entre os opressores e os oprimidos.

Dois anos antes, por ser também professor da Universidade Federal, em Cuiabá, havia lido, com meus alunos, "Educação como Prática da Liberdade", de Paulo Freire, livro que antecedeu a "Pedagogia do Oprimido", seu maior sucesso, com repercussão mundial para as teorias da educação. Resumindo a influência de Paulo Freire em minha prática: a Laídes e as outras "serventes", por decisão do Conselho Escolar, referendada por uma assembleia de pais e mães com mais de trezentas pessoas presentes, não iriam mais limpar as salas de aula. Deixariam à beira da porta vassouras, baldes com água e panos, para que o professor e os alunos fizessem a limpeza necessária. Elas, as funcionárias, se encarregariam de "coordenar" toda a conservação e a decoração do ambiente escolar, transformando os dez mil metros quadrados em "espaço educativo".



Atenção

Em todo o curso, é tratada a questão do Conselho Escolar. Especificamente, na Unidade 3, você pode encontrar mais informações.



Atenção

Como já foi explicado no Caderno de Orientações Gerais, os Práticos são sugestões de: **a)** atividades para reforçar a compreensão do texto da disciplina e envolver o estudante em sua prática; e **b)** atividades para compor a carga horária da Prática Profissional Supervisionada, PPS, em planejamento conjunto entre estudantes, professores e tutores.

Este primeiro Caderno contém muitos Práticos, os quais o estudante, orientado por seu/sua tutor/a, escolherá os mais adequados ao seu aprendizado e à construção da PPS.

Este primeiro é relativamente simples: as informações quanto às escolas se encontram no Conselho Municipal de Educação ou na Secretaria Municipal de Educação, e as referentes às matrículas no Censo Escolar do ano anterior ao do exercício da pesquisa, em www.inep.gov.br.

À medida que o estudante chegar aos próximos Práticos, deve seguir a presente orientação, sempre com participação do/a tutor/a, podendo muitas das atividades serem feitas em grupo, com colegas da turma do Profucionário e outras, com colegas da escola onde trabalha.

Paulo Reglus Neves Freire nasceu no dia 19 de setembro de 1921, no Recife. O autêntico trabalho de educação por ele desenvolvido foi muito utilizado no Brasil em campanhas de alfabetização e, por isso, ele foi acusado de subverter a ordem instituída, sendo preso após o Golpe Civil-Militar de 1964. Exilou-se primeiro no Chile. Em 1969, trabalhou como professor na Universidade de Harvard. Durante os 10 anos seguintes, foi Consultor Especial do Departamento de Educação do Conselho Mundial das Igrejas, em Genebra (Suíça). Nesse período, forneceu consultoria educacional junto a vários governos do Terceiro Mundo. Em 1980, depois de 16 anos de exílio, retornou ao Brasil. Em 1989, tornou-se Secretário de Educação no Município de São Paulo. Foi reconhecido mundialmente pela sua práxis educativa por meio de numerosas homenagens; a ele foi outorgado o título de doutor Honoris Causa, por vinte e sete universidades. Faleceu no dia 2 de maio de 1997, em São Paulo, vítima de um infarto agudo do miocárdio.

Em menos de 30 dias, a escola ganhou horta e jardim, foi arborizada e os corredores passaram a ter vasos de plantas e samambaias, adquirindo logo a fama de escola mais bonita da região. Tão bonita como a Laídes, que se esqueceu da vassoura e passou a desfilar, trabalhando (ou trabalhando, desfilando?) em um lindo conjunto azul, uniforme de todas as funcionárias, confeccionado gratuitamente pelas alunas de Práticas Integradas do Lar.

E a Maria Faustina? Você está curioso? Na segunda unidade, ela será a estrela.

Anotações

Vamos refletir sobre algumas realidades e alguns conceitos que foram ingredientes das histórias desses funcionários que me educaram para a felicidade.

1. Escolas públicas

Hoje, no Brasil, a educação escolar pode ser oferecida em escolas públicas, mantidas e administradas pelos governos (federal, estadual e municipal), sempre gratuitas, e escolas privadas, mantidas por pessoas ou empresas, onde, quase sempre, os alunos ou suas famílias pagam mensalidades. As escolas privadas podem ser: as particulares em sentido estrito, com fins lucrativos, e as sem fins lucrativos, como as comunitárias, confessionais (religiosas) e filantrópicas. Esses conceitos estão contidos nos artigos 19 e 20 da Lei n.º 9.394, de 1996, também chamada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em 2024, pelo Censo Escolar, estavam matriculados nas várias etapas da educação básica 43,9 milhões de alunos em escolas públicas e 9,4 milhões em escolas privadas.

2. Educação básica

A primeira LDB do Brasil foi a Lei n.º 4.024, de 1961. Por ela, existiam: o pré-primário, que incluía os jardins de infância; o curso Primário, com duração de quatro a seis anos; o curso Ginásial, de quatro anos; e o curso Colegial. Este último tinha várias opções: científico, clássico, normal, industrial, agrícola e comercial.

Para se ter acesso ao Ginásio não bastava, como hoje, concluir o quarto ano primário: havia um "exame de admissão", parecido com os "vestibulares" de hoje realizados para acesso aos cursos superiores. Pelo artigo 21 da atual LDB, a educação escolar compõe-se da educação básica, formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio, e da educação superior.

3. Escola normal

Os primeiros professores no Brasil eram religiosos com uma longa formação humanística e didática. Depois, passamos por uma época em que as Câmaras Municipais recrutavam, para ser professores primários, pessoas sem qualquer formação profissional. Bastava saber ler, escrever e contar. Em 1834, foi fundada a primeira Escola Normal no Brasil – na cidade de Niterói, então capital da Província do Rio de Janeiro – destinada à formação de professores



Saiba Mais

Em seu município, você conhece pessoas de gerações mais velhas que se submeteram ao exame de admissão?

Entreviste-as para sentir um pouco as dificuldades que elas enfrentaram e perceber como a educação brasileira mudou em 40 anos.

Registre suas respostas no seu Memorial.



Saiba Mais

Em seu município, já existiu Escola Normal ou curso de habilitação para o magistério?

Ainda existe alternativa de formação de professores em nível médio?

Entreviste uma professora formada em nível médio, que depois tenha feito curso superior, e pergunte a importância de cada fase de formação para a sua atuação como docente.

Anote suas percepções no Memorial.



Saiba Mais

Você pode conhecer o **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**?

Acesse pelo QR-code abaixo:



e professoras primárias. No início da República, de 1890 em diante, espalharam-se as Escolas Normais por todo o Brasil, nas capitais dos Estados e nas cidades principais. A de Pirassununga/SP, era uma delas. Com a Lei n.º 5.692, de 1971, tentou-se criar a profissionalização compulsória em nível de 2º grau, ou seja, a exigência de que todos os cursos desse nível incluíssem obrigatoriamente uma habilitação ou terminalidade profissional. Com isso, o curso normal se transformou em "habilitação para o magistério", frequentada por uma maioria de adolescentes e jovens do sexo feminino. Em 1996, a atual LDB admitiu, no artigo 62, o curso normal, em nível médio, como uma das alternativas de formação dos professores da educação infantil e das séries iniciais do ensino fundamental.

4. Inspetor e suspensão

Se você recorrer a um dicionário, o que é muito recomendável nesse curso, verá que as palavras "inspetor" e "suspensão" têm vários significados e são substantivos que não se originam da prática escolar. "Inspeccionar" tem mais a ver com investigar a substância dos elementos, comprovar a qualidade de produtos. Pois bem: durante muito tempo, a avaliação do desempenho dos alunos nas escolas e a legalidade das escolas no sistema eram alvo desses "olheiros", que mais intimidavam e apavoravam do que contribuíam para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Nas salas de aula, os alunos ficavam sob o olhar dos professores, que se sentavam em "cátedras", em nível superior ao dos alunos. No restante do espaço escolar, precisavam ser "vigiados", como se faz nas penitenciárias. Tal era o papel repressivo dos "inspetores de alunos". Hoje, os alunos têm garantido o direito a 200 dias e a 800 horas letivas anuais. Antigamente, uma das punições disciplinares era a "suspensão", pela qual o estudante ficava proibido de frequentar a escola por três ou mais dias. Na prática, era uma pressão para os pais aplicarem um castigo adicional que corrigisse o mau comportamento dos alunos. Você já ouviu falar de crucificação e "pau-de-arara"? Em ambos, o condenado era suspenso entre o céu e a terra. Ou melhor, entre o inferno e a tortura. Ainda bem que os tempos mudaram, e hoje temos métodos mais pedagógicos de convencer nossos alunos a ter uma boa conduta. Eles são protegidos pelo ECA.



Pratique

Em seu município, além das escolas públicas, existem escolas privadas? Tente classificá-las nas categorias: particulares com fins lucrativos e particulares sem fins lucrativos (comunitárias, confessionais e filantrópicas). Quantos alunos estavam matriculados nas escolas públicas no ano passado? Quantos nas escolas privadas?

Faça comentários sobre suas descobertas no seu Memorial.

Anotações



2

**O que é educação?
Desenvolvimento
pessoal, socialização,
comunicação e formação**



O que é educação?

Desenvolvimento pessoal, socialização, comunicação e formação

Caro/a estudante,

Desde a primeira página desta disciplina, estamos falando de educação, de educadores, de educar. Será que estamos entendendo a mesma coisa? Vamos aprofundar essa ideia.

"Ninguém educa ninguém. Todos nos educamos"
– Paulo Freire

"A educação, mais que processo, é projeto"
– Carlos Roberto Jamil Cury

"Mais de quarenta milhões de alunos são educados pelos professores e funcionários das escolas públicas na educação básica"
– João Monlevade

"Êta Saci, mal-educado!"
– Monteiro Lobato

"Naquela tarde, nada aprendi de educação na escola, senão o que eram a corrupção e a delação"
– Machado de Assis

Na primeira Unidade, prometi contar a história de Maria Faustina. Vamos lá, a Acorizal, pequena cidade de Mato Grosso, a 60 quilômetros da capital, Cuiabá.

Estamos em 1988. O estabelecimento onde ela trabalha, com cerca de 500 alunos, da pré-escola à oitava série do Ensino Fundamental, chama-se **Escola Estadual de 1º Grau Dom Antonio Campelo**. Fica

na praça principal, quase à beira do Rio Cuiabá, onde uma pequena balsa transporta veículos e pessoas de uma margem à outra. É nesse rio que Maria Faustina, uma das duas merendeiras da escola, pega água, bem cedo, para abastecer os filtros de barro usados pela comunidade. Tanto o de sua casa como os da escola e de cada sala de aula. Ela e Dona Benedita preparam a merenda todos os dias. Na maioria das vezes, um prato quente, como carne com arroz, risoto de frango ou macarronada; tudo temperado com as verduras da horta escolar.

Nos primeiros anos de seu trabalho, a merenda no **turno matutino** era servida às 9h30, no recreio. Mas muitos alunos chegavam à escola em jejum. Em uma reunião do **Conselho Escolar**, foi decidido que o horário da refeição seria antecipado para às 8h. Foi preciso que as merendeiras chegassem mais cedo, mas compensou.

As professoras notaram a diferença na prontidão, alegria e desempenho das crianças. Maria Faustina percebeu como a simples ação de cozinhar e distribuir a merenda mais cedo contribuiu para melhorar a educação das crianças.

Maria Faustina está mais feliz, até mesmo porque pode voltar bem antes para casa e preparar o almoço para o marido e os filhos. Ela é uma mulher aguerrida. Quem a vê percebe que nela corre sangue da África, da América e da Europa. Uma mestiça sorridente, inquieta, parece ter uma missão maior que suas forças, que sua fragilidade. Ela só fez a 4ª série do 1º Grau, correspondente ao antigo curso primário. Dizem que para ser merendeira não precisa de mais estudo, mas ela percebe que não é bem assim: teve tanta vontade de ir à reunião que o Sindicato promoveu para discutir a valorização dos funcionários de escola. Mas quem foi? Verônica, que tem 2º Grau e trabalha na secretaria, depois de seis dias de viagem e estadia em Campinas/SP, Verônica voltou toda faceira. Disse que estão propondo a **profissionalização** dos funcionários. Será que Maria Faustina, só com a 4ª série, poderá se profissionalizar e, assim, ter a possibilidade de melhorar o salário? Ela está juntando um dinheirinho para a formatura do filho mais velho, o Gercino. Se depender dela, todos os cinco filhos vão, pelo menos, terminar o 2º Grau, hoje Ensino Médio..

O pai, pouco ajuda. Agora mesmo ele não está em casa: foi para os lados do Rio Araguaia, trabalhar em derrubadas, para plantar pastos para os fazendeiros. Volta em outubro, para as eleições. Neste ano, a eleição de prefeito vai ser diferente: além dos candidatos dos partidos de sempre, o colega de trabalho de Maria

Faustina, o professor João, também vai disputar a Prefeitura. Que vergonha João a fez passar ontem! Veio um moço de Cuiabá com uma filmadora, e não é que o João a escolheu para entrevistar no meio da Praça, na hora do recreio dos alunos? "Fiquei tão atordoada que não sei o que ele perguntou e o que respondi. Só me lembro que, quando eu ia saindo para buscar água no rio, me disse "Maria, com esse sorriso, você podia se eleger vereadora pelo Partido das Trabalhadoras!"

O ano de 1988 foi muito importante para o Brasil. Depois de mais de 20 anos de ditadura civil-militar, o país ganhou uma constituição democrática. Ela assegurou aos cidadãos brasileiros novos e importantes direitos. Não só de eleger prefeitos dos municípios, governadores dos Estados e Presidente da República. Os trabalhadores tiveram reconhecidos e ampliados seus direitos a uma remuneração digna e a condições humanas de trabalho. Os servidores públicos, antes proibidos de se sindicalizar, puderam se organizar em sindicatos. Como já foi dito na Unidade 1, em 1988, a Associação dos Profissionais da Educação de Mato Grosso, que congregava os educadores das escolas públicas na educação básica, transformou-se no Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT).

O que tem isso a ver com a Maria Faustina? Tem tudo a ver, não só com ela, mas com a história da educação no Brasil e com o nosso curso. Ela foi convidada a se sindicalizar e, assim, inseriu-se em um grande movimento: o da **unificação** e profissionalização dos trabalhadores em educação.



Estudantes em frente à escola. Fonte: Freepik

Ela começou a se sentir não somente uma trabalhadora que ganhava salário como merendeira, mas uma educadora, alguém integrada a uma categoria que reivindicava melhorias para si e para a escola pública. Em 1989, o Sintep/MT formulou as primeiras propostas de cursos técnicos para a profissionalização de funcionários. No Congresso de Aracaju/SE, em 1990, quando foi fundada a CNTE, que sucedeu a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), somando aos professores os "especialistas em educação", os funcionários de escolas, começou a circular a tese de que os funcionários não somente deviam ser considerados educadores, como deveriam ter uma formação específica, em um primeiro momento por meio de cursos técnicos em nível médio, e, no futuro, em nível superior.

Maria Faustina, assim como Dona Benedita, nem tinham concluído o ensino fundamental. Poderiam elas sonhar com a profissionalização em nível médio?

Nesse ponto, a história da educação em Mato Grosso e a história de Maria Faustina se distanciam. Depois de muita luta, o Sintep/MT conseguiu, primeiro na rede municipal de Cuiabá, depois na estadual de Mato Grosso, a oferta de cursos de profissionalização para os funcionários de escola. Em 1993, 300 funcionários receberam o diploma de técnicos em administração escolar e multimeios didáticos. Pelo Projeto Arara Azul, mais de 5 mil funcionários estaduais foram profissionalizados em todas as regiões do Estado. No Distrito Federal e no Acre, ainda na década de 1990, centenas de funcionários viram surgir diante deles a oportunidade de estudar mais, em nível fundamental e médio, e também de se profissionalizar, ou seja, obter uma formação profissional, por meio de habilitação em nível médio.

Esses cursos de profissionalização na área de educação se constituem pela integração de conteúdos técnicos específicos de cada habilitação a um bloco de matérias pedagógicas, assim se expressa o art. 62-A da LDB. Caracterizam, portanto, seus concluintes como educadores. Para isso, além das matérias de estudo, concorreram com a carga horária de estágio supervisionado em ambientes escolares fora das salas de aula.

O Parecer n.º 16/2005 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), podem ser organizados cursos técnicos para: secretaria escolar, multimeios didáticos, alimentação escolar e infraestrutura escolar. O currículo de nosso curso,



Atenção

O Parecer CNE/CEB nº 16/2005 traz a proposta de Resolução que inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4, de 1999, a 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.

Esta área compreende atividades em nível técnico, de planejamento, execução, controle e avaliação de funções de apoio pedagógico e administrativo nas escolas públicas e privadas de educação básica e superior.

As funções de secretaria escolar, alimentação escolar, multimeios didáticos e infraestrutura escolar dão origem às habilitações profissionais mais correntes na área, porém, existem outras, como a de transporte escolar e a de cuidadores de crianças pequenas e deficientes.

do Profuncionário, tem como base os dispositivos da Resolução CEB/CNE n.º 5/2005, que integra as Diretrizes Nacionais sobre a Educação Profissional em Nível Médio. Mas existem novas perspectiva legais: como o art. 61 diz que os cursos de profissionalização de funcionários podem ser feitos em nível médio e superior. O CNE, por meio da Câmara de Educação Superior, aprovou pela Resolução no 2, de maio de 2016, os CURSOS DE TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PELO TRABALHO, cuja primeira turma, em Alimentação Escolar, foi ofertada pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, no final de 2023. Há ainda o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos com as orientações mais recentes sobre a formação profissional.

Aqui voltamos ao centro das reflexões dessa unidade: a Educação.

Nos dias de hoje, quando se fala em educação, pensamos logo em escola. O ato pessoal de educar-se e a ação social de educar são anteriores a ela, ocorrem em outros espaços sociais. Por exemplo: quando uma criança, criada na família, passa a entender que deve escovar os dentes após as refeições, ela está se educando, está formando um hábito, cultivando um valor. Quando a televisão repete seguidamente que os pais devem levar seus filhos para vacinar, a sociedade está educando, reforçando um valor moral na população. Em ambos os casos, a escola não interferiu, mas existiu educação porque ocorreu um ato cultural formativo.

O Brasil que conhecemos começou com a chegada dos portugueses em 1500; e, cinquenta anos depois, eles fundaram nosso primeiro colégio, na Bahia. Mas já está provado cientificamente e historicamente que, mais de trinta mil anos antes, seres humanos habitavam o território brasileiro. Principalmente no Piauí, onde foram descobertos vestígios de antigas culturas indígenas. Durante todo esse tempo, as comunidades indígenas não tinham escola, mas tinham educação.

Em relação à Maria Faustina, onde estão os seus sonhos e o seu sorriso?

Maria Faustina, com aquele sorriso só dela, aquela alegria que substituía até a merenda que às vezes faltava na Escola de Acorizal, educou-me. Ensinou-me com sua vida que escola é lugar de se cultivar a felicidade. Eu era professor, ela funcionária. Mas, com nossa proximidade, fui educado por ela, assim como por tantos outros funcionários.



Maria Faustina era muito alegre. Gostava de dançar. Uma noite, ao sair do clube, teve de passar pelo meio de uma briga. Uma pedra, com a qual alguém procurava atingir outro alguém, acertou em cheio sua cabeça. Chegou morta a Cuiabá. O seu sofrimento não lhe roubava o sorriso. Não envelheceu, para não perdê-lo entre as rugas de idade. Educou-me. Educou não só os filhos, como também os estudantes de Acorizal.

Vamos refletir agora sobre mais alguns conceitos:

Currículo – Uma das formas de descrever a educação escolar é a “transmissão sistemática da cultura de uma sociedade”. Ora, a cultura compreende o acúmulo de conhecimentos científicos, artísticos, tecnológicos, bem como os valores de um povo. Não caberia nos anos letivos e nos horários escolares toda a cultura de uma sociedade. Então, as autoridades escolhem determinados “conteúdos” e os organizam em “matérias de ensino” ou “áreas de estudo”, a que se dá o nome de currículo, ou seja, as partes da cultura que o aluno é obrigado a percorrer. No Brasil, o currículo da escola primária e secundária (ensino fundamental e ensino médio) pouco mudou de 1550 até hoje. Mas as concepções e as formas têm sido alvos de muitas reformas, incluindo a de 1971, hoje já parcialmente superada.



Pratique

Procure livros didáticos do início e meados do século XX em bibliotecas ou em casas de famílias de sua cidade. Perceba as diferenças e as semelhanças com os usados atualmente. Em um curso a distância, como os do Profucionário, qual a importância dos módulos impressos? Anote suas percepções em seu Memorial.

Regimento escolar e Proposta pedagógica da escola – Uma das grandes diferenças na organização da educação escolar entre o período autoritário e o democrático – inaugurado pela Constituição de 1988 e pela LDB de 1996 – é o formato de regulação jurídica

da escola. Até 1988, a escola se estruturava e funcionava sob os dispositivos de um regimento interno, a maior parte das vezes de formato único em cada sistema de ensino. Suas regras, além de elaboradas de fora para dentro, eram extremamente legalistas, de forma a inibir e abafar as decisões de cada escola. Durante o processo de redemocratização do país (1980–1985), muitas redes municipais e estaduais estimularam suas escolas a elaborar seu próprio Projeto Político-pedagógico (PPP), com participação de professores, funcionários, pais e alunos. Esse movimento resultou não no descarte dos regimentos internos, mas na institucionalização de uma nova cultura, a da elaboração do que a LDB chamou de Proposta Pedagógica da Escola (PPE), a qual, diferentemente do regimento, não precisa nem deve ser aprovada por algum órgão superior da rede ou do sistema. Tanto as escolas públicas, como as privadas têm de fazer e refazer, continua e participativamente, sua PPE.



Pratique

A escola em que você atua conta com uma PPE ou um PPP? Quem participou de sua elaboração? Foi aprovado pelo Conselho Escolar? Quais são os representantes dos funcionários no Conselho Escolar? Você tem alguma experiência como conselheiro? Anote no seu Memorial.

Escola estadual – As escolas públicas, no Brasil, podem ser criadas, mantidas e administradas pela União, pelo Distrito Federal, pelos estados e pelos municípios. Existem quase 200 mil escolas públicas no país. A maioria, até pouco tempo, de redes estaduais. Elas começaram a ser criadas em 1834, depois que o Ato Adicional à Constituição do Império do Brasil descentralizou para as províncias (antigo nome dos estados) a responsabilidade de oferecer ensino primário e secundário às crianças e aos jovens. Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, as escolas estaduais multiplicaram-se e passaram a constituir, com as escolas municipais do respectivo Estado, o sistema estadual de ensino. Esse sistema tinha como órgão normativo o Conselho Estadual de

Educação (CEE), ao qual competia credenciar escolas, autorizar e reconhecer cursos. Pela Constituição de 1988, os municípios, que já contavam com sua própria rede de escolas, puderam instalar sistemas de ensino próprios, com o respectivo Conselho Municipal de Educação (CME).



Pratique

Em seu município existem escolas estaduais e municipais? Que rede tem mais alunos matriculados? Você conhece algum/a conselheiro/a municipal de educação? Seu município constitui-se num sistema de ensino autônomo? Organizado em grupo decursistas faça uma visita ao CME. Relate em seu Memorial.

Turno matutino – A educação escolar é oferecida em etapas e modalidades. A primeira etapa, a da educação infantil, desdobra-se em **creches, para crianças com até três anos, e pré-escolas, para estudantes de quatro e cinco anos**. O ensino fundamental dura nove anos. O ensino médio, em geral, é oferecido em três anos, mas costuma durar mais, quando é integrado à educação profissional, conforme a LDB. Antigamente, até 1920 mais ou menos, os ensinos fundamental e médio eram oferecidos em internatos, semi-internatos e externatos, sempre com o funcionamento de aulas e estudos em jornadas de sete a nove horas diárias. Era o que hoje se chama de "tempo integral". Com a explosão de matrículas por volta de 1920, as escolas estaduais desdobraram-se em "turnos": matutino, vespertino e noturno, e com isso puderam oferecer o triplo de vagas. Infelizmente, essa decisão não foi acompanhada de oferta de recursos financeiros proporcionais. E pior: muitos professores começaram a dobrar a jornada. Esses dois fatores levaram à perda da qualidade do ensino e da aprendizagem. Nas décadas de 1970 e 1980, as escolas ofereciam quatro, e até cinco turnos. Esse abuso determinou que, em 1996, a LDB fixasse o mínimo de quatro horas de aulas diárias em duzentos dias letivos anuais, o que resulta em um currículo mínimo de oitocentas horas. Esse tempo diário e anual é um direito de todo estudante. Nenhuma desculpa pode ter a autoridade que não garantir esse direito a

todos. Daí a importância da fixação de um calendário escolar que, resguardando 45 dias de férias para os profissionais da educação, preveja algo como 210 dias letivos para defender de possíveis imprevistos o direito dos alunos à aprendizagem.

Níveis da Educação Escolar (LDB)

- Educação Básica (Divide-se em Etapas)
- Ensino Superior

Etapas da Educação Básica (DCN)

- Educação Infantil (Creche + Pré-Escola)
- Ensino Fundamental (Divide-se em Ciclos)
- Ensino Médio

Modalidades (DCN)

- Educação Especial
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Profissional e Tecnológica (EPT)
- Educação a Distância (EAD)
- Educação do Campo
- Educação Indígena
- Educação Quilombola
- Educação em Estabelecimentos Penais



Pratique

Você conhece, em seu município ou em outro lugar, alguma escola que funcione em tempo integral? Você já ouviu falar dos CIEP's do Rio de Janeiro? Ou dos CAIC's do tempo do ex-presidente Itamar Franco? Você sabe o que significam essas siglas? Pesquise se, no ano passado, sua escola cumpriu com exatidão os 200 dias letivos, com, pelo menos, quatro horas de atividades diárias. Registre em seu Memorial.

Data	Lei	Assunto
15/10/1827	Imperial	Cria ensino primário gratuito para meninos e meninas.
De 1940 a 1945	Ditadura Vargas	Leis orgânicas do ensino médio primário, secundário, normal e profissional.
1961	4.024	Diretrizes e Bases da educação nacional.
1971	5.692	Reforma do ensino de 1º e 2º graus.
1982	7.044	Cria habilitações básicas no 2º grau.
1996	9.394	Diretrizes e bases para a educação básica e superior.
2005 e 2006	11.114 e 11.274	Institui o ensino fundamental de nove anos, a partir de seis de idade.

Anotações



A portrait of a smiling woman with curly hair, wearing a grey blazer and a green top. The image is overlaid with a semi-transparent blue filter. A white speech bubble containing the number 3 is positioned on the left side of the image.

3

A escola pública como espaço da educação de qualidade: Constituição do Brasil e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)



A escola pública como espaço da educação de qualidade: Constituição do Brasil e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

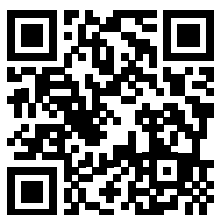


Saiba Mais

De acordo com o linguista Marcos Bagno, em sua célebre obra **Nada na Língua é por Acaso**, atualmente, aproximadamente 190 línguas indígenas coexistem com o português brasileiro.

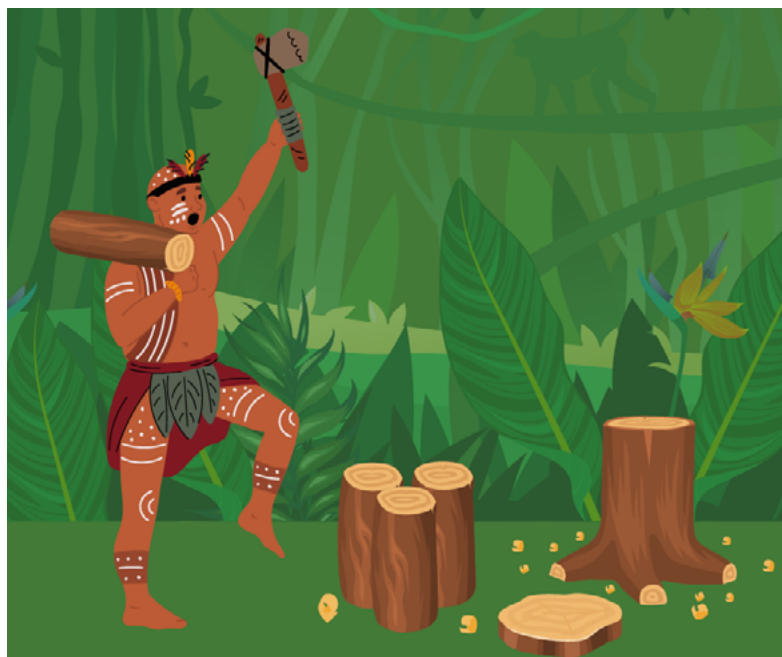
Elas são usadas por cerca de 300 mil descendentes dos povos originários - sobreviventes de um processo de formação histórica marcada pelo autoritarismo e violência do português-colonizador.

Para saber mais sobre as línguas indígenas brasileiras, acesse o **ISA (Instituto Socioambiental)**:



A ocupação, ou invasão portuguesa, no Brasil, que alguns chamam de "descobrimento", aconteceu a partir de 22 de abril de 1500. Na primeira tarde, conta o escrivão Pero Vaz de Caminha, que os indígenas se comunicaram com os portugueses e ficaram maravilhados com o machado de aço, que derrubava uma árvore em minutos.

Os indígenas usavam machados de pedra polida, gastando mais de um dia para abater um jacarandá ou um pau-brasil. Dali em diante, os indígenas "se esqueceram" daquele seu instrumento primitivo, daquele "detalhe" de sua cultura. E mais: perguntaram aos portugueses, com gestos, como se chamava a tal "ferramenta". E aprenderam talvez a primeira palavra do português, que adotariam como nova língua: "ma-cha-do".



Representação de indígena em uma floresta. Fonte: Freepik

Depois dos séculos anteriores de educação, de indígenas para indígenas, muitos deles passaram a se submeter à educação lusitana, portuguesa e europeia. Com a tecnologia, vieram as palavras; com o trabalho, o descanso; com o domingo, a missa. E, com os padres, a catequese. Uma nova cultura, uma nova "civilização" começou a ser construída no território brasileiro, fruto da interação entre portugueses e indígenas e, a partir de 1534, também com a participação dos negros africanos, que vieram, como escravizados, trabalhar nos canaviais, nos engenhos de açúcar e nos portos do litoral.

Nesse processo, o desenvolvimento corporal e psíquico das crianças se fez em outras bases de socialização e comunicação. Aos hábitos indígenas de pescar, caçar, dormir em redes, somaram-se os costumes europeus de plantar e comer legumes, vestir roupas e falar outras palavras. Novos valores passaram a povoar a mente de adultos e crianças e orientar a formação das novas gerações. Passou a vigorar na sociedade outro projeto de educação. E que papéis desempenhavam as escolas?

No próximo Caderno, você vai saber muita coisa sobre esse período da educação escolar pública brasileira, caracterizado pelo elitismo e pelo currículo oficial católico. Lá, você também vai perceber que os colégios jesuíticos primavam por sua qualidade.

Só em 1550, com a chegada das famílias que vieram nas caravelas de Tomé de Souza - o primeiro governador-geral, começou a funcionar em Salvador/BA, o Colégio dos Meninos de Jesus, tendo os padres jesuítas como professores. Começa, assim, a educação escolar no Brasil.

Vamos dar agora um salto na história, de 1550 para 1988. O que aconteceu de importante na história do Brasil em 1988? Precisamente, no dia 5 de outubro?

Nesse dia foi promulgada nossa atual Constituição, nossa sexta Carta Magna. Ela é chamada de Constituição Cidadã, porque assegurou os mais amplos direitos à população brasileira. Dentre os muitos direitos que se aplicam aos mais de 200 milhões de brasileiros, está o da educação escolar, cuja oferta é considerada também dever do Estado (artigos 205 e 208).

Até 2009, somente o ensino fundamental era estritamente obrigatório, tanto para a oferta pelos governos, como para a matrícula



Refleta

De 1500 a 1550, nenhuma escola foi fundada em toda a costa do Brasil.

Por que? Simplesmente porque não eram necessárias.

Como praticamente não vieram crianças portuguesas nas expedições exploradoras de pau-brasil e nas que tentaram implantar as vilas das capitanias hereditárias, não havia clientela escolar.

As crianças indígenas continuaram a ser educadas nas aldeias, e as africanas, nas primeiras senzalas.

Os adultos não precisavam de escolas ou de ler e escrever, pois o trabalho produtivo se resumia a derrubar árvores, depositar as toras nas feitorias e embarcá-las nas caravelas.

O cultivo da terra, o cuidado de animais, o preparo da farinha e a moagem da cana eram serviços de analfabetos.

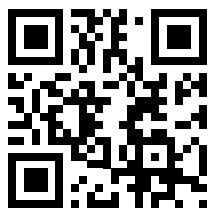
As pessoas escravizadas, na África e no Brasil, eram proibidas de frequentar escolas.



Saiba Mais

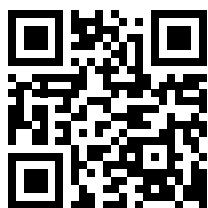
Se você quiser atualizar-se sobre a **população do Brasil**, acesse o site do IBGE.

No censo de 2024, por exemplo, o número de habitantes era estimado em **212.583.750**.



Saiba Mais

Para saber mais, você pode acessar a **CNTE**:



dos alunos. Pela Emenda Constitucional n.º 59, a obrigatoriedade se estendeu às crianças e adolescentes dos 4 aos 17 anos – com prazo de implantação até 2016.

Até 2016, os pais eram obrigados a matricular seus filhos dos 6 aos 14 anos no ensino fundamental em escolas públicas ou particulares credenciadas pelo respectivo conselho estadual ou municipal de educação. Para isso, os governos do Distrito Federal, dos estados e dos municípios, com colaboração da União quando necessária, eram obrigados a oferecer o ensino fundamental gratuito a todos que não o concluíram: crianças, adolescentes, jovens, adultos ou idosos. Desde 2016, essas regras se aplicam a todos entre 4 e 17 anos de idade, bem como aos jovens e adultos que não tenham concluído o ensino médio.

Mesmo assim, ainda temos no Brasil, em 2024, cerca de 10 milhões de cidadãos completamente analfabetos entre 60 milhões com mais de 15 anos de idade que não concluíram o ensino fundamental. Pensemos em nossas escolas: até pouco tempo atrás havia milhares de pessoas que exerciam a ocupação de professores tendo concluído somente o ensino fundamental. E quantos funcionários de escola, por várias circunstâncias e dificuldades em suas vidas, nem haviam feito o ensino fundamental? No ano de 2000, a estimativa da CNTE era de que metade do total de funcionários de escolas estaduais e municipais estava nessa situação. Nos últimos vinte anos, a escolaridade deles avançou bastante, a ponto de se estimar que quase 70% já têm ensino médio ou superior.

A Constituição de 1988, além de assegurar direitos à educação básica, à educação especial para as pessoas com deficiências, à Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os que não tiveram oportunidade na idade adequada, à educação superior segundo a capacidade dos cidadãos e à educação profissional para enfrentar a nova realidade do trabalho, também estabelece **princípios do ensino**. Vale a pena conhecê-los:

Art. 206 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos da lei federal.

Entre esses princípios, quatro são particularmente importantes para os funcionários de escolas públicas: o da gestão democrática, o da valorização dos profissionais da educação, o da garantia do padrão de qualidade e o do Piso Salarial Nacional. Este último foi fruto da luta da CNTE. Pela Emenda Constitucional n.º 53, de 2006, o piso salarial profissional nacional foi nacionalizado e estendido a todos os profissionais da educação, definidos depois pela Lei n.º 12.014, de 2009. Como outros Cadernos vão desenvolver as questões da gestão e da valorização, vamos aqui nos deter um pouco sobre a qualidade da escola pública.

O maior referencial político para essa discussão é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB. Nossa primeira LDB foi a Lei n.º 4.024, de 1961, que regulamentava a Constituição democrática de 1946. A segunda LDB, chamada Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, foi a Lei n.º 5.692, de 1971, editada no decurso da ditadura militar, sob a Constituição de 1967. A terceira, atualmente em vigor, é a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. É importante que todo aluno do Profuncionário leia seu texto e o traga sempre consigo, para frequentes consultas que lhe serão solicitadas. **Se todos os artigos da LDB atual fossem realmente postos em prática, estaríamos muito próximos de uma escola pública de qualidade.** Como foi dito anteriormente, as primeiras escolas do Brasil, embora atendessem menos de 5% da população, tinham muita qualidade, por duas razões



Vocabulário

Ratio Studiorum é uma proposta pedagógica feita pelos jesuítas no sentido de unificar os currículos de seus colégios espalhados por todo o mundo.



Saiba Mais

Para entender melhor o que foi **Ratio Studiorum**, acesse O QR-code:



fundamentais: pela riqueza de seus recursos e pela seriedade de seus processos educativos. O que era proposto ensinar, contido no currículo da *Ratio Studiorum* ("Razões dos Estudos") dos jesuítas, os alunos realmente aprendiam. Havia identidade entre objetivos e resultados. Para isso, existiam professores bem formados, com cursos superiores em Letras, Filosofia e Teologia e três anos de estágio de magistério.

Havia coadjutores "auxiliares", em Latim, todos os serviços educativos, prédios sólidos e adequados às aulas, equipamentos excelentes e muitos recursos financeiros disponíveis, frutos da venda anual de milhares de cabeças de gado das fazendas dos colégios.



Estudantes em ambiente escolar. Fonte: Freepik

No começo da República (1891), tivemos uma situação semelhante: as escolas geridas pelas Províncias, primárias e secundárias, eram poucas e atendiam, calcula-se, 20% da clientela. As primárias, embora já acolhessem as meninas e os descendentes de escravizados, ainda eram elitistas, e as secundárias, seletivas; estas últimas preparatórias para os poucos cursos superiores então existentes.

De 1920 em diante, com o crescimento da população e seu deslocamento do campo para as cidades, houve uma explosão crescente de matrículas, com a maioria das crianças tendo acesso ao curso primário. De 1970 em diante, aconteceu um fenômeno novo: as famílias de classe alta e média, cujos filhos antes frequentavam os colégios públicos, passaram a matriculá-los em escolas privadas, cada vez mais caras e proibitivas às classes mais empobrecidas.

Como as universidades continuaram a selecionar seus alunos por vestibulares, que exigem mais acúmulo de conhecimento do que aptidão intelectual e vocacional, a antiga qualidade se perdeu nas escolas públicas, que deixaram de ser de tempo integral, e se concentrou nas escolas privadas, com mais recursos e com uma clientela que tem no ambiente doméstico melhores condições culturais e materiais de estudo.

Entretanto, hoje, o país está vigilante porque sabe que uma juventude mal instruída compromete o futuro da ciência e da cultura nacional, e propicia o aumento dos índices de marginalidade e exclusão. Na Constituição, foi assegurado o princípio do padrão de qualidade na educação.

Estamos num debate complexo, pois coexistem práticas de educação elitistas, seletivas e democráticas nos sistemas de ensino e, principalmente, porque agravam-se as desigualdades de investimento por aluno, tanto de caráter regional, como de classe social.

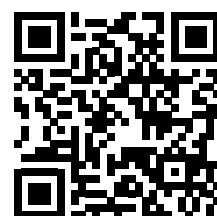
Um aluno de escola pública no Maranhão, no Pará, no Piauí ou no Ceará não conta, no ensino fundamental, com recursos públicos mensais disponíveis, frutos de impostos estaduais ou municipais destinados à sua formação. Já em São Paulo, Roraima, Acre e Amapá, os governos estaduais têm o dobro ou mais de recursos disponíveis por mês para cada aluno. Existem grandes desigualdades regionais. Mas a pior delas encontra-se entre as classes sociais, que se dividem entre escolas públicas e privadas: nas primeiras, dos pobres, a despesa anual por aluno tem sido, em média, entre três ou quatro vezes menor que os gastos, também médios, das famílias da classe média e alta em doze mensalidades.

Esses fatos gravíssimos, que atentam contra a democracia republicana de nossa sociedade e da Constituição, estão provocando uma grande discussão sobre o financiamento da educação pública. Em 1996, aprovou-se a Emenda Constitucional n.º 14, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Em 6 de dezembro de 2006, a Emenda Constitucional n.º 53 transformou o Fundef em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb). O Fundef, embora tenha melhorado a equidade entre os Estados e os Municípios, pouco contribuiu para a qualidade do ensino e da aprendizagem de todos os estudantes. O Fundeb precisa dar esse passo.



Saiba Mais

Você pode obter mais informações sobre o **Fundeb** pelo QR-Code:



Para tanto, a mobilização dos professores e funcionários é decisiva. Precisamos não só assegurar mecanismos de maior financiamento como de valorização de todos os profissionais da educação.

Vamos refletir agora sobre mais alguns conceitos:

Conselho escolar – Nos períodos autoritários, as instituições são mantidas por decisões centralizadas, por hierarquias de ordens e proibições. Numa escola, o diretor ou a diretora mandam e desmandam. Estamos derrubando esse tempo. Primeiro, porque a ditadura militar, por força da **Constituição de 1988**, foi substituída pelo regime democrático, modo de governo no qual o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. O Estado de Direito prevê a "gestão democrática no ensino público, na forma da lei" (art. 206), a Lei Federal nº 9.394, de 1996. Em seu art. 14, a LDB estabelece que a gestão democrática nas escolas é exercida pela atuação de um "conselho escolar ou equivalente", constituído de representantes da comunidade escolar, ao qual cabem as decisões administrativas e pedagógicas da escola. O diretor é seu membro nato, mas as decisões do conselho só valem se forem aprovadas pela maioria de seus membros: professores, funcionários, alunos, pais e outros representantes, conforme estabelece a PPE ou o regimento escolar.



Pratique

Quem são os membros do Conselho Escolar (CE) de sua escola? Em que dia ele se reúne ordinariamente? Você conhece alguma ação que foi decidida por ele? A PPE tem sido avaliada pelo CE? Você já trabalhou ou estudou em outras escolas? Como o CE funcionava lá? Registre em seu memorial.

Profissionalização – Você sabe qual é a diferença entre ocupação e profissão? Ambas têm a ver com trabalho, não é verdade? Qual delas é a mais estável, a mais valorizada, a mais universal? Se você pensou profissão, acertou. Antigamente, todos os homens

e as mulheres ocupavam-se mais ou menos com as mesmas atividades: os homens lavravam a terra e pastoreavam os animais; as mulheres cuidavam das tarefas da casa e das crianças. Pouco a pouco, as atividades foram se diversificando e se especializando. Vieram os artesãos, com técnicas que nem todos dominavam. Na Idade Média, os mais "sabidos" eram chamados "oficiais" e se organizavam em corporações. Os que tinham uma atividade mais intelectual e ligada à ciência constituíram as "profissões liberais": Medicina, Engenharia, Advocacia, Magistério. A categoria do Magistério era formada de mestres ou "professores". Nas escolas, os mestres eram os detentores de saber e poder; os outros tinham ocupações de suporte, de auxílio aos mestres. Assim chegamos ao século XX no Brasil: os professores constituíam-se numa profissão, para a qual se habilitavam pela conclusão de um curso de nível médio (Normal) ou superior (Licenciatura). Os outros, nas escolas públicas, eram simplesmente funcionários, ocupantes de funções mais simples, sem necessidade de habilitação profissional. Só que o mundo mudou, e a escola também. Hoje, as escolas não são mais somente instituições de ensino, mas de educação. E a educação escolar comporta vários profissionais, além dos professores. Para efeito de nosso curso, profissionalização é o movimento de transformação de ocupações de apoio para profissões reconhecidas e regulamentadas por uma habilitação escolar em nível médio ou superior.



Pratique

Você acha que os funcionários da educação deveriam todos se profissionalizar? Por quê?

E os outros trabalhadores? Qual a diferença entre escolarização e profissionalização? Entreviste alguém de seu sindicato para ajudar a responder a essas perguntas. Registre em seu Memorial.

Unificação – As associações de trabalhadores existem há muitos séculos. Acabamos de falar das "corporações", que reuniam na Idade Média os oficiais de um determinado ramo: pedreiros, armeiros, tecelões etc. Com a chegada do capitalismo, que organiza

a sociedade em empresas coletivas – com os patrões, que detêm o capital (dinheiro, terra, prédios, equipamentos), e os empregados que executam o trabalho pelo qual recebem salários – os assalariados fundaram sindicatos para defender seus interesses: melhores salários e melhores condições de trabalho. Nas escolas privadas, a coisa funciona assim: os patrões constroem e equipam os prédios e cobram as mensalidades dos alunos, para dar conta das despesas e obter o maior lucro possível; os professores e demais funcionários oferecem o ensino e outros serviços, pelos quais recebem um salário. Para defender seus interesses, organizam-se em sindicatos de “trabalhadores em educação”. Nas redes públicas, é um pouco diferente porque o patrão é o Estado, que não cobra mensalidades, mas é financiado por tributos pagos por toda a população. Entretanto, seus trabalhadores também vivem de salários. Os professores públicos, no Brasil, desde o início do século XX, organizavam-se em associações, porque lhes era proibido fundar sindicatos. Os funcionários de secretarias, cantinas, bibliotecas, serviços gerais, segurança eram menos organizados e filiavam-se a associações de funcionários públicos estaduais ou municipais. Só no Distrito Federal, no Paraná e em São Paulo que se fundaram associações próprias. Depois da ditadura militar, eles procuraram os professores e os especialistas em educação para organizarem sindicatos unificados. A esse movimento, que culminou, em 1990, com a fundação da CNTE, chamamos unificação.



Pratique

Você é sindicalizado/a? Seu sindicato luta pelas reivindicações dos funcionários? Quais são elas? Quem são os diretores de seu sindicato? Registre em seu memorial.

Cursos Técnicos de Nível Médio – O diploma profissional pode abrir muitas portas para o mundo do trabalho. Esse diploma profissional pode ser de nível médio completo ou de curso de ensino superior. No nível médio, as normas estão na LDB e Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021. Existem centenas de cursos técnicos de nível médio, distribuídos por eixos tecnológicos, oferecidos em escolas técnicas públicas e privadas. Entre essas últimas, ressaltam-se as

redes do Senai, do Senar e do Senac, que atuam respectivamente na área industrial, rural e de serviços. Os cursos de ensino técnico podem ser integrados, quando cursados juntamente com o ensino médio, ou independentes, ou seja, concomitantes ou subsequentes à conclusão da educação básica. Um dos cursos técnicos mais conhecidos é o de Contabilidade, que formou no século XX quase um milhão de contadores. Outro é o que formava os técnicos agrícolas. A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) publica, atualmente, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, distribuídos em vários eixos tecnológicos.



Pratique

Você conhece alguém que tenha feito um curso técnico? Se você pudesse escolher: preferiria um curso de nível médio convencional (propedêutico) ou um ensino médio com o curso de nível técnico? Por quê? Registre em seu memorial.

Anotações



4

Gênese histórica dos funcionários: Religiosos coadjutores, escravos serviçais, subempregados clientelísticos e burocratas administrativos. Reconstruindo identidades



Gênese histórica dos funcionários: Religiosos coadjutores, escravos serviçais, subempregados clientelísticos e burocratas administrativos. Reconstruindo identidades.

Quando falamos, nas unidades anteriores, da Helena, do Seu Carpino, da Josefina, da Laídes e da Maria Faustina, referimo-nos a funcionários de escolas públicas do século XX. Mas os primeiros funcionários já estavam presentes na construção e no funcionamento da primeira escola, o Colégio dos Jesuítas de Salvador, em 1550. Eles se chamavam Diogo Jácome e Vicente Rodrigues.

Ali trabalhavam seis religiosos jesuítas: quatro professores e dois irmãos **coadjutores**. Os professores nas salas de aulas, a princípio ensinando as primeiras letras e logo a seguir o que corresponde hoje ao ensino médio. E os coadjutores, o que faziam?

Como o colégio funcionava em regime de internato, os religiosos eram responsáveis não somente pelo ensino, mas por toda a vida dos alunos: alimentação, saúde, lazer, religiosidade, desenvolvimento corporal e psicológico, ou seja, por toda sua educação. Os dois coadjutores e os que vieram depois para o Colégio dos Jesuítas de Salvador e dos outros que eles fundaram, trabalhavam como cozinheiros, enfermeiros, sacristãos, horticultores, bibliotecários, vaqueiros, administradores de fazendas, pilotos de navio, construtores, pintores e em outras ocupações mais ou menos relacionadas ao processo de ensino e centradas na materialidade da cultura.

Com o trabalho desses e de outros coadjutores, assegurava-se a qualidade da educação. Até hoje, ao se visitar os prédios que não foram derrubados, ficamos admirados com a solidez das construções, a dimensão das bibliotecas e dos laboratórios, a

temperatura ambiente sempre agradável. Vê-se até hoje a mão dos coadjutores. Imagine quanta contribuição essencial eles deram para o suporte do ensino e também para a educação integral de crianças e adolescentes exercendo seu profissionalismo e a arte de seu ofício. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil e das outras colônias de Portugal. Seus colégios, escolas e fazendas foram confiscados, assim como seus bens móveis e imóveis, incluindo os escravizados, incorporados ao patrimônio da Coroa ou divididos entre os "amigos" do Rei.

Calcula-se que nas fazendas dos religiosos havia mais de um milhão de cabeças de gado. Por exemplo, somente na Fazenda Santa Cruz, que mantinha o Colégio do Rio de Janeiro, passaram para os funcionários reais dez mil reses dos jesuítas e dois mil de seus escravizados e escravizadas. Ora, toda essa riqueza, que permitia a manutenção e a multiplicação dos colégios, era fruto do trabalho dos coadjutores e das pessoas escravizadas – todos e todas, de certa forma, os nossos primeiros funcionários de escolas. Mas não nos esqueçamos: os colégios e escolas se destinavam a menos de 5% da população do Brasil. Isso explica por que praticamente ninguém protestou contra a expulsão de padres e irmãos.

Em março de 2005, fui visitar o que restou da Fazenda Santa Cruz: o antigo prédio da sede é hoje a Escola Municipal Princesa Isabel; e os cem mil alqueires de terra, que iam do Oceano Atlântico ao Vale do Paraíba do Sul, foram ocupados por fazendeiros e posseiros de quinze municípios fluminenses.



Escola de Lancaster do século XIX. Fonte: Wikipedia

Para substituir os colégios e as escolas dos jesuítas, o rei Dom José e seu primeiro-ministro, o Marquês de Pombal, instituíram as "Aulas Régias". Qualquer pessoa alfabetizada ou que dominasse a gramática e a aritmética se apresentava ao presidente da Câmara para "dar aulas". Obtida a autorização de Lisboa, o professor reunia os poucos alunos que se dispusessem a aprender numa sala de sua casa, numa sacristia ou num cômodo de alguma repartição pública. Dava suas aulas, pelas quais recebia um parco salário da Câmara Municipal, a qual, para isso, recolhia dos açougueiros e dos fabricantes de vinho e cachaça um tributo chamado "subsídio literário".

A educação praticamente ficava por conta de uma só pessoa: o professor. Quando muito, ele era auxiliado por um escravizado ou escravizada, que se incumbia de limpar a sala, oferecer água aos alunos, dispor uma bacia e toalha para a higiene do professor. Os registros escolares, a escrituração, a guarda e o manuseio dos livros eram tarefas do próprio professor, que ao fim do ano os entregava ao inspetor da província, para emissão dos certificados.

Com o fechamento das instituições jesuíticas, a presença de funcionários não docentes que antes contribuíam para a educação dos estudantes foi se extinguindo. Assim como as bancadas de madeira eram apoios para os corpos dos alunos, as mesas um apoio para livros, cadernos e tinteiros, os escravizados serviçais e alguns "irmãos leigos" de outras congregações religiosas (beneditinos, carmelitas, dominicanos, franciscanos) eram um simples apoio para as atividades de ensino. Nas aulas régias, oficializadas em 1772, eles eram desnecessários e suas funções podiam ser feitas pelo professor e pelos alunos. Até 1822, ano da Independência do Brasil, não há registro de construção de escolas no Brasil, a exceção da Corte do Rio de Janeiro: mesmo lá, as aulas de ensino básico e dos primeiros cursos superiores funcionavam na maioria em prédios adaptados ou cedidos, como quartéis do Exército e da Polícia, e até em cadeias públicas. É interessante perceber que a quantidade e a qualidade da educação escolar naquela época caem na proporção da inexistência ou do caráter de servidão dos funcionários. Por essa e outras razões, entre 1800 e 1820 multiplicam-se, nas cidades maiores, escolas particulares, que, mesmo pagas, passaram a ser opção de muitos.

Você já deve ter estudado a Inconfidência Mineira, aquele movimento de alguns brasileiros que conspiraram contra as autoridades portuguesas em Vila Rica, hoje Ouro Preto, em Minas Gerais. Eles queriam a independência do Brasil, a abolição da



escravatura, a liberdade de imprensa e da indústria, a criação de escolas primárias, secundárias e universidades. Era o tempo das aulas régias, que haviam reduzido muito o número de matrículas escolares em relação à população. A Inconfidência fracassou, mas não seus ideais. Com a Independência, convocada a Assembleia Constituinte, foram eleitos os deputados das dezessete províncias, que trouxeram para a Corte de D. Pedro I, no Rio de Janeiro, a reivindicação de escolas primárias e secundárias. Só que as verbas arrecadadas mal davam para pagar a indenização a Portugal, as dívidas da guerra, a aquisição dos navios da marinha e o custeio dos palácios. Assim, as aulas régias, agora "imperiais", continuaram como a forma de oferecer educação escolar no Brasil, sem a presença efetiva de funcionários que colaborassem com os professores.

A coisa começa a mudar depois de 1834, quando, por Ato Adicional à Constituição do Império, a responsabilidade de ofertar escolas passou para as Províncias: Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, no litoral; Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás (que se escrevia Goyaz), no interior; Rio Grande do Sul (então chamada São Pedro), na fronteira, fundaram muitas escolas e, em suas capitais, um Liceu ou Ateneu Secundário. A multiplicação de escolas primárias e a construção de prédios para esses estabelecimentos maiores, a que se juntaram as Escolas Normais no fim do século XIX, motivaram uma mudança que muito nos interessa, com o aparecimento de dois tipos de novos funcionários, ambos assalariados. Quem são eles?

Em quase todas as cidades dos Estados brasileiros foram criadas escolas primárias. Qualquer que fosse seu tamanho, além dos professores, era necessária a contratação de funcionários para a conservação e para as secretarias. A esses, nos meados do século XX, juntaram-se as merendeiras. Nas escolas maiores, os bibliotecários e outros auxiliares de laboratórios e operação de audiovisuais.

Como se dava o recrutamento desses funcionários nas escolas, onde vigoravam relações clientelísticas por indicação política? Nos ambientes gerencialmente mais evoluídos, tivemos os concursos de provas e títulos de escolaridade para as escolas e órgãos do sistema de ensino: duas grandes "categorias", a dos subempregados clientelísticos e a dos burocratas administrativos.



Atenção

Aqui entram a questão e a discussão da profissionalização: os funcionários precisam não somente saber fazer o que fazem, mas sistematizar e institucionalizar suas identidades funcionais.

Estamos num tempo de transição, construindo e organizando essas novas identidades, esses novos perfis.

Com o aparecimento e intervenção das associações e dos sindicatos e com novas regras legais, o modelo clientelístico no serviço público entra em crise. Surge então a prática da terceirização dos serviços não docentes, dos contratos temporários e precários via empresas alheias aos sistemas de ensino.

Atualmente, quando se faz um concurso para algum cargo não docente nas escolas, na maior parte das vezes só se exige proficiência em provas de conhecimentos gerais. Selecionam-se merendeiras com questões de língua portuguesa, matemática e conhecimentos gerais. No caso de funcionários de secretarias, exigem-se, além de provas "teóricas", a aprovação em questões da prática de trabalho e a apresentação não de um diploma profissional, mas de um título de escolaridade, como o certificado de ensino médio. É bom saber que, há sessenta anos, no Estado de São Paulo, exigia-se no concurso de secretário de ginásios e colégios o título de Pedagogia com habilitação em Administração Escolar. Hoje, o recrutamento de secretários dá-se até por "adaptação" de professores que perderam a voz ou ganharam alergia ao pó de giz.

Anotações



Existem em vários estados cursos técnicos de "secretariado escolar". Entretanto, não é exigido esse título para os concursos de servidores que irão trabalhar em secretarias de escola. Resumindo: não se levam em conta as concepções atuais de educação, de educação escolar, a função libertadora da educação e o papel emancipador da escola. As decisões pautam-se pelas exigências da burocracia administrativa. Estamos num momento de desconstrução e reconstrução de papéis e identidades. O Profuncionário visa a construir, pelo menos, quatro identidades de funcionários de escolas com profissionalização em nível médio:



TÉCNICOS EM
Secretaria Escolar



TÉCNICOS EM
Alimentação Escolar



TÉCNICOS EM
Multimeios Didáticos



TÉCNICOS EM
Infraestrutura Escolar

Ilustração retrata os quatro cursos originários do Profuncionário. Fonte: Elaboração própria.

Mas há outras "identidades", definidas por funções específicas, reivindicando políticas de profissionalização. Citemos três delas: a dos "transportadores de escolares", a das "cuidadoras" de crianças de creches (em Mato Grosso chamadas de Técnicas em Educação Infantil) e a das "auxiliares na educação de deficientes". Essas identidades irão "pegar"? Depende muito de você, de seu sucesso

neste curso e da forma como você pretende transformar e afirmar seu novo papel na escola e no sistema. Uma merendeira, considerada na escola uma educadora, seria simplesmente uma executora, uma fazedora de merendas. Já a técnica em alimentação escolar é uma educadora profissional, que domina os conhecimentos da nutrição, que planeja, executa e avalia seu trabalho, como produtora dos mais saborosos cardápios e como educadora alimentar, integrada à proposta pedagógica da escola. Assim é também nas outras identidades.

Focalizamos agora mais quatro conceitos:

Formação – A palavra formação, em relação à educação, tem dois sentidos. Em primeiro lugar, ela é o diferencial da “educação” diante dos processos de desenvolvimento pessoal, socialização e comunicação. Ou seja, além dos processos, biológico e psicológico, que acontecem inevitavelmente com o devir, com a existência temporal da criança, do adolescente, do adulto; além das influências do meio social transmitidos materialmente e espiritualmente (linguagem), para existir educação é necessário se ter um projeto, um objetivo a se alcançar, tanto por parte da pessoa que se educa quanto pela comunidade que educa e que, por isso, escolhe “aspectos formativos” (art. 1º da LDB).

O segundo sentido de formação, que se aplica muito propriamente à formação profissional, à formação de professores e à formação de funcionários, é a escolha de conteúdos, métodos e técnicas que conduzem os estudantes a certo perfil de competências, ou seja, de conhecimentos, valores e habilidades articulados. Nesse segundo sentido, pode-se dizer que uma merendeira, embora educada, não é formada; já uma “técnica em alimentação escolar” deve ser formada e preencher, no fim do curso, um perfil de competências que corresponda à sua habilitação profissional.



Refleta

Uma escola, por exemplo, que tem estabelecida sua concepção de cidadania, inclui no seu currículo elementos como a solidariedade e exclui outros, como o álcool e as drogas.

A pessoa e a sociedade educam-se e deseducam-se; a escola só pretende educar.



Pratique

Você se sente em processo de educação contínua, permanente? Como? Que conhecimentos e habilidades fazem parte de sua formação como profissional, que não seriam tão necessários em sua ocupação?

Vale a pena a gente ter um diploma de advogado e continuar sendo vendedor em banca de jornal? Discuta com os colegas essas questões. Registre em seu memorial.

Clientela escolar – Se todos os brasileiros, atualmente, têm direito à educação, então toda a população de seu município pode ser considerada clientela escolar? A questão passa a ser política pública. Por exemplo: se um município tem cem mil habitantes e nascem 1.500 crianças por ano (1,5% é a média brasileira atual), a clientela ou demanda potencial para as creches é de 6.000 crianças. Isso porque as crianças com idades de um ano incompleto, um ano completo, dois e três anos são a clientela de uma creche. Quantos habitantes têm seu município? Pesquise pelo Censo de 2022, e agora calcule a clientela potencial de creche ($1,5\% \times 4$). Calcule a clientela potencial para a pré-escola ($1,6\% \times 2$). Por que estamos fazendo esses cálculos? É que um funcionário de escola é um gestor da educação escolar e seu perfil profissional inclui o domínio mínimo do planejamento escolar. Outro exemplo: nem só o economista ou o graduado em Administração pode descobrir o **valor possível** do salário de um professor ou funcionário na rede estadual e municipal. Essa é uma tarefa que cada educador pode fazer, para “calibrar” sua ação sindical junto às autoridades. Você duvida? Em um próximo Caderno podemos tratar dessa questão.



Pratique

Quantos habitantes com mais de 15 anos há em seu município? Desses, quantos não têm o ensino fundamental completo? Se o ensino fundamental é direito de todos e os governos devem oferecer vagas em cursos de EJA, quantos deveriam ser atendidos por ano para que todos completassem o ensino fundamental até 2030? Sua cidade tem Conselho Municipal de Educação? Será que as autoridades educacionais já fizeram essas contas? Tente preencher a tabela a seguir.

Matrículas de Educação de Jovens e Adultos

Município _____ Ano _____

Período	Estadual	Municipal	Particular	Total
Alfabetização				
1º ao 5º ano				
6º ao 9º ano				
Ensino Médio				
Total				

Senzala – Vamos aqui fazer uma discussão crucial. Você sabia que a educação da maioria da população brasileira nos séculos XVII e XVIII se fazia não na escola, mas numa prisão? É que entre 60% e 80% da população das cidades, vilas e fazendas eram constituídas de pessoas negras escravizadas, que moravam acorrentadas em senzalas, para as quais se negava qualquer tipo de estudo, de escola. O que interessava aos fazendeiros de cana, fumo, algodão, café, eram cabeças vazias, incapazes de contestar a ordem escravista e o chicote dos feitores. Assim, o desenvolvimento biológico e psicológico dos negros era ditado pelo modelo do trabalhador forte e boçal, da trabalhadora de peitos e de úteros produtivos e de habilidades no fogão; a socialização se fazia no formato da obediência, e a comunicação no ideal do “cala a boca respeitoso”. O negro educado era o negro dócil, a negra sorridente e submissa.



Pratique

Será que alguns desses “traços curriculares” não acabaram entrando no cotidiano das escolas? Você já ouviu falar em palmatória? Em cultura do silêncio? Em nota de “comportamento”? Será que os funcionários e as funcionárias de escola, principalmente os que reproduzem nela os trabalhos domésticos, não foram ou ainda são tratados como pessoas escravizadas mais ou menos alforriadas? Escreva sobre isso em seu memorial.

Educação escolar – A educação, seja como orientação do desenvolvimento biológico e psicológico das pessoas, seja como processo de transmissão e indução de cultura, que se dá pela socialização e pela comunicação informadas por valores, é um fenômeno universal, em todas as sociedades e em todas as épocas. Quando começa e o que é a educação escolar? Nos povos da Antiguidade, quando as ciências se tornaram mais complexas a ponto de “não caberem” em todas as cabeças; quando se inventou a escrita para armazenar informações e repassá-las; quando se estratificaram os grupos e a educação de uns não servia para a educação de outros, surgiram as escolas, ou seja, ambientes seletos que tinham como objetivo específico o ensino e a aprendizagem de conhecimentos, habilidades e valores que interessavam àquela “clientela”. No Egito, na Mesopotâmia e na Grécia nasceram as escolas, com professores e alunos, por iniciativa dos próprios grupos sociais e/ou por decisão do Estado, dos governantes. Na Idade Média, as escolas eram instituições da Igreja. Foi na França, com a Revolução, que se deu a ruptura e se organizou a escola pública laica. Hoje, no Brasil, a sociedade como um todo é educada pela mídia, pelas leis, pelas igrejas, pelas instituições familiares. É a educação informal, não sistematizada. A educação formal dá-se pelas escolas, públicas e privadas, na educação básica, e pelas universidades e faculdades, na educação superior.



Pratique

Vamos refletir sobre algumas temáticas que fazem parte do nosso cotidiano:

1. Em sua cidade há emissoras de TV ou rádio? Você considera que elas educam os telespectadores e ouvintes? Você poderia citar algum exemplo ou iniciativa nesse sentido?
2. Em sua cidade existem templos de quais religiões? Você frequenta algum deles? Você percebe que o comportamento e o pensamento das pessoas na igreja são padronizados em um certo tipo de educação? Você considera que padres ou pastores têm mais escolaridade que os fiéis? Você acha que os fiéis aceitariam a liderança de alguém sem escolaridade? Por quê? Registre suas reflexões no Memorial.



5


Funcionários: em primeiro lugar cidadãos. Escolaridade básica e superior



Funcionários: em primeiro lugar cidadãos. Escolaridade básica e superior

Você sabia que nas escolas federais, estaduais e municipais do Brasil trabalham quase dois milhões de funcionários não docentes? Se somarmos os que trabalham em órgãos dos sistemas de ensino (MEC, secretarias estaduais e municipais, diretorias regionais etc), esse número é ainda maior, ainda que estatísticas recentes os tenham reduzido. A terceirização pode estar confundindo os números, mas a realidade do crescimento das escolas em tempo integral e os 65 milhões de brasileiros sem educação básica nos autorizam a estimar que em mais de vinte anos, poderemos chegar a três milhões.

Dizia-se há algum tempo que a maioria dos funcionários era semianalfabeta. Realmente, se tivesse sido feito um censo dos funcionários das escolas estaduais e municipais em 1990, certamente mais da metade não havia concluído o ensino fundamental. Hoje, a situação está bem diferente. Com a aposentadoria de milhares de funcionários pouco escolarizados, com o ingresso de outros milhares por concursos públicos, em que se exigiu, pelo menos, o ensino fundamental, e com a oferta de cursos de ensino fundamental e médio na modalidade da EJA, estimo que os 2 milhões de funcionários estariam assim distribuídos, segundo a escolaridade:



Escolaridade	Funcionários
Fundamental incompleto	200.000
Fundamental	650.000
Médio	550.000
Profissional Médio	150.000
Superior	450.000

Escolaridade de funcionários da educação. Fonte: Freepik (adaptado)

A média de escolaridade dos brasileiros com mais de quinze anos é de nove anos de estudo. É uma média muito baixa, porque não passa dos nove anos do ensino fundamental. Nos países europeus, a escolaridade dos adultos passa de doze anos, e na Argentina e em Cuba chega a onze. A escolaridade entre os funcionários de escola melhorou, mas talvez nem atinja também os nove anos. A categoria advoga que todos tenham a educação básica completa, que corresponde a doze anos de escolaridade, ao ensino médio concluído. Aqui, lutamos pela escolaridade técnica de nível médio para todos, na perspectiva de avançar para a educação superior em Cursos de Tecnologia.

O que a LDB prega para todos os cidadãos – a educação básica – os funcionários de escolas também têm de ter como direito de cidadania e dever profissional:

Art. 22 A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 32 O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (anos) de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; e

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.



Refleta

No mundo de hoje, século XXI, na sociedade do conhecimento, baseada na troca eletrônica de informações, alguém poderá ter como objetivo de formação escolar o simples ensino fundamental, que corresponde ao curso primário do início do século XX?

Como podemos ser consumidores críticos e intérpretes de notícias, bem como compreender situações que exigem conhecimento científico?

Como tomar decisões informadas sobre opções de parto, métodos contraceptivos, alternativas de ocupação, escolhas profissionais, culturais e de lazer?

De que forma podemos fiscalizar nossos governantes e prevenir desvios de verbas públicas sem um conhecimento mais profundo dos códigos e linguagens que, muitas vezes, só adquirimos no ensino médio?

Art. 35 O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

O ensino médio é uma necessidade, como a luz elétrica, o telefone, a televisão, o computador e a internet.

E é necessário um ensino médio de qualidade, para preparar adolescentes, jovens e adultos a fazer uso corretamente, com liberdade e responsabilidade, de todos esses instrumentos novos que a ciência e a tecnologia nos oferecem, cada vez mais sofisticados.

Lembremo-nos: os colégios dos jesuítas tinham muito maior qualidade que as aulas régias, porque os primeiros contavam com um grupo de coadjuutores, com especialidades técnicas, que completavam com educação integral o ensino que os padres davam nas salas de aula.

Para os atuais funcionários que ainda não concluíram o ensino médio, a principal reivindicação nas escolas onde trabalham é viabilizar a matrícula na EJA junto à secretaria de educação estadual ou municipal, de forma que, no menor prazo possível, possam ter em seu currículo a educação básica completa.

E, então, concluído o ensino médio, acabou a caminhada da cidadania? Não. São necessários mais dois avanços: o da profissionalização, ou seja, da matrícula em um curso técnico de nível médio que capacite o funcionário em uma das quatro identidades que já conhecemos e o da formação de nível superior.

O Profucionário é uma proposta de Curso Técnico de Nível Médio a distância. Mas qualquer um dos quatro cursos a que referimos (ou mesmo outro indicada pela demanda de trabalho do respectivo sistema de ensino) pode ser oferecido em cursos presenciais, seja de oferta regular, integrada, subsequente ou concomitante ao curso médio, seja de oferta parcelada, em módulos semanais ou mensais, adaptados à realidade de trabalho dos funcionários. Basta que uma escola de ensino médio, estadual ou municipal, assuma a proposta, ofereça o curso (até mesmo por meio de convênio com alguma entidade profissional), responsabilize-se pela avaliação e emita o diploma de conclusão.

Temos certeza de que chegará o dia em que não somente os funcionários de escola em exercício, mas os adolescentes e jovens, terão a oportunidade de escolher um desses cursos técnicos de nível médio, como hoje escolhem o de Técnico em Computação, de Técnico em Enfermagem, de Técnico em Agropecuária, de Técnico em Secretariado e outros que constam do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Isso depende, além das políticas públicas, do interesse de estados e municípios em oferecer o curso, da demanda dos sindicatos de trabalhadores em educação e das próprias escolas, comprometidas com a qualidade do ensino.

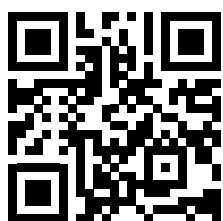
Atualmente, existem mais de 400 mil funcionários não docentes que têm diploma de graduação. Geralmente, são formados em Administração, Pedagogia, Economia, Letras, Direito, História, Geografia, Matemática, Estatística, Informática e outras graduações. A maioria deles ingressou na carreira de funcionário sem a escolaridade superior. Por que se submeteram a tantos sacrifícios para obter esses diplomas? Muitas foram as razões, incluindo a de possibilidades de ganhos financeiros. Uma delas é que nenhum cidadão se conforma em ficar parado em sua escolaridade. Todos querem obter mais conhecimentos, mais domínio da ciência e da cultura, podendo até se habilitar a uma troca de ocupação. Não são poucos os que começaram como funcionários nas escolas e hoje são professores. Você mesmo deve conhecer algum professor que já foi funcionário. O que acontece hoje com muitos funcionários? Eles e elas gostam do que fazem, mas desejam aperfeiçoar seus conhecimentos e seu trabalho em um nível superior.

Já foi dito anteriormente que o curso de Pedagogia preparava "administradores, supervisores, inspetores e planejadores escolares" – funções educativas não docentes de nível superior.

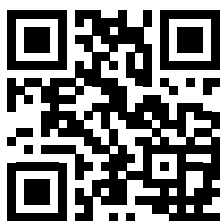


Saiba Mais

Acesse o
**Catálogo Nacional de Cursos
Superiores de Tecnologia:**



Confira no QR-Code abaixo,
o **Eixo de Desenvolvimento
Eduacional e Social** e os cursos
do **Profucionário**:



Não temos dúvidas de que já existe uma demanda acumulada de funcionários habilitados profissionalmente em nível médio, o suficiente para a oferta de graduações ou licenciaturas em nível superior, tais como: nutricionista escolar, educador alimentar, engenheiro educacional, gestor escolar, comunicador em educação, e outros, de acordo com a evolução das propostas pedagógicas das escolas e dos sistemas de ensino. No Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do MEC, já existe o Eixo de Apoio Educacional, com os Cursos Superiores de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho, nos quatro cursos técnicos do Profucionário. Em 2023, no Mato Grosso do Sul formou-se a primeira turma do Curso Superior de Tecnologia em Educação e Processos de Trabalho: Alimentação Escolar, a partir da reivindicação da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems). A oferta de outros é uma questão de tempo e de luta dos trabalhadores e de seus sindicatos.



Representação de globo terrestre com o Brasil em destaque. Fonte: Freepik

Aqui concluímos essa unidade: sem dúvida a conquista da cidadania dos funcionários passa pela educação permanente. Funcionário de escola alguma, para conquistar sua cidadania, terá a satisfação ou se sentirá completo somente com a profissionalização do ensino médio. Assim como as professoras primárias conquistaram a formação superior, dias virão em que os funcionários das escolas do Brasil, como os de Cuba e de vários países europeus, terão diplomas de nível superior, constituintes de sua identidade de profissionais da educação escolar.

Passemos a mais quatro conceitos:

Qualidade – A palavra qualidade, hoje, é usada em relação a todos os bens e serviços. Existe a manteiga de maior ou menor qualidade. A roupa, o feijão e o arroz são classificados em tipo 1, 2 e 3. O avião tem primeira classe e classe econômica, de acordo com a qualidade dos serviços, o conforto da poltrona. Quando eu era pequeno, os trens, que nos levavam para o mesmo lugar, tinham vagões de segunda classe, de primeira classe e um especial, chamado pullman. Também entre as escolas, existem umas com mais qualidade que outras. Em geral, as dos bairros centrais ou da classe média têm mais qualidade que as das periferias ou da zona rural. Professores mais bem formados e mais experientes, bibliotecas mais sortidas, prédios mais bem cuidados. Dizem que as escolas privadas ou particulares têm mais qualidade que as públicas. E, entre as públicas, as federais são melhores que as outras. Já nas universidades, é o contrário: as públicas têm mais qualidade que as particulares. Afinal, o que é qualidade?



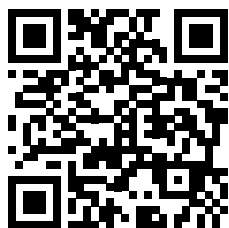
Pratique

Para você, o que seria qualidade na educação escolar? E o que seria qualidade do ensino? Uma criança pobre está condenada a receber uma educação de menor qualidade? Por que sim ou por que não? Eu, professor, e você, funcionário/a, podemos influenciar na melhoria da qualidade da escola onde trabalhamos? Como? Discuta com os colegas. Registre em seu memorial.



Saiba Mais

Para ter acesso a mais informações sobre educação e seus programas educacionais de todos os níveis e modalidades, acesse o QR-Code:



Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - A atual LDB, Lei n.º 9.394/1996, foi objeto de grandes disputas ideológicas entre 1989 e 1996. Ela se originou de um projeto do Deputado Octávio Elyseo, de Minas Gerais, que se inspirou em discussões acadêmicas, principalmente do educador Demerval Saviani. Durante a tramitação dessa lei, quando ainda era um projeto, na Câmara dos Deputados, travou-se uma intensa luta entre os que defendiam a supremacia da escola pública, gratuita e laica, e os que partiam da liberdade do ensino, da escolha das famílias entre escolas estatais e particulares. Os primeiros, reunidos no Fórum em Defesa da Escola Pública – que existe até hoje – estavam mais próximos do pensamento socialista; os segundos, do ideário liberal. Uma disputa entre os que defendem a educação escolar como direito de todos e dever do Estado, e os que a consideram como serviço a ser oferecido pelo governo ou por empresários, para a escolha das famílias. Quando foi para o Senado, muitos dos dispositivos negociados pelos grupos em conflito foram substituídos. No final, ainda no Senado e de volta à Câmara dos Deputados, o texto foi novamente alterado, resultando numa lei que prima, de um lado, pela flexibilidade dos sistemas de ensino e das escolas e, por outro, por mecanismos centralizados de financiamento e avaliação. A LDB regula as diversas etapas e as modalidades do ensino: creches, pré-escolas, ensino fundamental, ensino médio, educação especial, EJA, EaD, educação indígena e educação superior. Há dois outros capítulos, um sobre os profissionais da educação e outro sobre o financiamento do ensino público.



Pratique

Na biblioteca de sua escola existem exemplares da LDB? Que artigos dela já foram modificados de 1997 a 2023? Você conhece alguma bibliografia sobre a LDB? Leia o texto da lei e destaque em seu memorial, os dispositivos cujo significado você precisaria aprofundar. Registre em seu memorial.

Coadjuutores – A palavra “coadjutor” significa o que ajuda outrem a desempenhar uma ação. É sinônimo de auxiliar. É próxima de suporte, apoio. O piloto dirige o voo de uma aeronave. Ele é o comandante. Para ajudá-lo, existe o copiloto. Já as comissárias atendem aos passageiros durante o voo. Não são auxiliares do comandante ou do piloto. Exercem outra ação. O copiloto está escalado para substituir o comandante em seus impedimentos. Os funcionários de escola não são professores nem seus substitutos, mas são educadores, eles têm outras funções, para as quais os professores não estão preparados. Podem, eventualmente, ocupar o lugar de uma professora, cuidando de uma sala de aula por alguns minutos, desde que ela lhes passe “o que fazer”. Como uma professora pode, também eventualmente, executar uma tarefa específica de um funcionário. A grande diferença entre a educação elitista, dos jesuítas e das aulas régias, e a democrática de hoje é que os funcionários não são subalternos aos professores, mas iguais, por serem educadores, e diferentes, em razão das funções especializadas que exercem. Historicamente, até hoje há uma tendência de muitos funcionários “pegarem gosto” pelo magistério, pela docência, e se tornarem professores, até mesmo cursando uma graduação de Pedagogia ou uma licenciatura. Os dois coadjutores jesuitas que vieram com o Padre Manuel da Nóbrega acabaram também sendo professores. Como se chamavam eles mesmo?



Pratique

Você percebe que em muitas escolas os funcionários são subalternos aos professores? Por quê? Após entrevistá-los, responda: como se comportam os funcionários que representam a categoria no Conselho Escolar? Com independência? Com criatividade? Você já leu a PPE ou o PPP de sua escola? Participou de sua elaboração? Registre em seu memorial.

Salário, assalariado – Os primeiros professores assalariados na história do Brasil foram os das aulas régias, depois da expulsão dos jesuítas, de 1759 em diante. Então, em tese, abriu-se espaço também para funcionários não docentes assalariados. Mas não foram necessários: os poucos funcionários eram homens ou mulheres escravizados. Funcionários assalariados só passaram a existir depois da vinda do Regente Dom João para o Brasil e, mais ainda no tempo do Império, quando a Corte e as províncias instituíram grandes escolas, que precisavam de alguns “auxiliares”, como escriturários e “bedéis”, os inspetores de alunos de então. Já no Século XX, começaram a ser admitidos milhares de funcionários e funcionárias, por práticas clientelistas ou meritocráticas. No primeiro caso, por indicação política de autoridades estaduais e municipais, e, no segundo, por meio de concursos públicos. Os funcionários foram enquadrados em carreiras gerais dos servidores públicos e, em alguns Estados e Municípios, na carreira unificada dos profissionais da Educação. Se os salários dos professores são reconhecidamente baixos, imagine os dos funcionários! O movimento de sindicalização e de profissionalização são mecanismos políticos e sociais de afirmação da categoria e de valorização salarial dos funcionários. A unificação sindical com os professores também é um passo para a valorização geral dos educadores. Mas tanto os funcionários nas escolas, quanto suas lideranças nos sindicatos precisam se colocar ao lado dos professores na luta, sem qualquer complexo de subalternidade ou inferioridade.



Pratique

Em sua cidade, é grande a diferença salarial entre professores e funcionários? Como isso se reflete nas relações dentro de sua escola? Você se sente à vontade em frequentar a “sala dos professores”? Você conhece a tabela salarial dos funcionários de escola da rede estadual e da rede municipal? Quais são as principais diferenças? Registre no seu memorial.

A woman with dark hair tied back, wearing a light-colored cardigan, is sitting on a table and reading a book to a group of children. The children are sitting on the floor, looking up at her. The background shows a classroom setting with a bookshelf and a wall decorated with green stars.

6

O papel dos funcionários como educadores



O papel dos funcionários como educadores



Refleta

Mas aqui não estamos falando de ser educador ou educadora em geral, na sociedade, e sim, na escola. Os funcionários e as funcionárias são educadoras escolares?

De alguma forma, não resta dúvida de que são, por pertencerem ao corpo de trabalhadores das escolas, agências formais de educação.

Mas reparem: "coadjutores, auxiliares administrativos, servidores, pessoal de apoio"; não é assim que são chamados e reconhecidos?

Na Unidade anterior, refletimos sobre o funcionário como cidadão, principalmente sobre seu direito à educação básica e superior.

Agora vamos nos perguntar: até que ponto funcionários e funcionárias de escola são educadores?

Em primeiro lugar, são educadores porque são membros da sociedade humana, que é essencialmente educadora. Reforçam esse papel, em muitos casos, por serem pais e mães, a quem compete educar os filhos, coordenar a missão educativa da família.

Reparemos bem: nós não temos como escapar de nosso papel de educador.

As cangaceiras do Nordeste, como Maria Bonita de Lampião e Dadá de Corisco, quando pariam, eram forçadas a entregar seu filho ou sua filha para outros criarem, já que estavam sob a constante perseguição da polícia e acuados pelas adversidades da caatinga e do cangaço. Mas nem por isso deixaram de ser mães de seus filhos e educadoras da sociedade: até hoje, elas são exemplo de destemor e de libertação feminina, embora também carreguem a fama da malvadeza.

As crianças, quando chegam à escola, chamam professoras, porteiras, merendeiras e serventes de "tias", não é verdade? Elas não fazem distinção entre docentes e não docentes. Para elas, todas e todos são adultos, responsáveis por seu cuidado, educação e, até, correção. Já o mundo oficial, a burocracia, faz essa distinção: o professor é educador, os outros são seus auxiliares, seu apoio, seu suporte. É como se participassem, em menor escala e com menor responsabilidade, da missão educativa do professor. NÃO!

Precisamos mudar essa concepção. Professores e funcionários, assim como diretores e coordenadores, são e devem ser todos educadores, embora com funções distintas.

É claro que essa nossa nova concepção não se efetiva da noite para o dia. Mas é necessário que firmemos uma posição clara e definitiva. Não é o diploma de professor que o torna educador, mas o seu compromisso com o aprendizado do aluno, a atitude diante dos valores, a perícia em se atualizar constantemente no domínio de seus conhecimentos. Um professor que trafique drogas ou não tenha o mínimo empenho em que os alunos aprendam é educador? Claro que não! Procedendo assim, mesmo sendo professor nominalmente, ao não assumir na prática os objetivos do Projeto Político Pedagógico da Escola, deixa de ser educador. Pode ser considerado um deseducador.

Voltemos aos funcionários não docentes das escolas.

Temos de aprofundar a descrição da identidade deles e delas como educadores escolares. Vejamos isso a partir de cada um dos cursos propostos no Profucionário:

1. Técnicos em alimentação escolar ou educadores alimentares?
2. Técnicos em secretaria escolar ou educadores da democracia?
3. Técnicos em multimeios didáticos ou educadores da comunicação?
4. Técnicos em infraestrutura escolar ou educadores ambientais?

Assim como não existe o professor abstrato, mas professores concretos (de alfabetização, geografia, inglês, EJA etc.), não existe o funcionário abstrato, mas funcionários concretos – a merendeira, o secretário, a auxiliar de biblioteca, o zelador – cujos perfis estamos empenhados em mudar, na perspectiva das quatro identidades em questão.



Atenção

Aos professores compete o papel de garantir a aprendizagem dos alunos, por meio das atividades de ensino.

Às merendeiras, a educação alimentar; aos encarregados da limpeza e manutenção, a educação ambiental; às auxiliares de bibliotecas, dos laboratórios, de vídeos, a educação para a cultura, para a comunicação, para o lazer; aos que trabalham nas secretarias, a educação para a gestão democrática, para a responsabilidade cidadã.



Ilustração de sala de aula. Fonte: Freepik

Cada professor concreto reúne pelo menos três conjuntos de competências: a de especialista num determinado campo de conhecimento (geografia, por exemplo); a de habilitado na metodologia do ensino-aprendizagem e a de educador escolar, ou seja, de alguém preparado e comprometido com a educação e com a proposta pedagógica da escola onde trabalha.

Também o funcionário precisa reunir, no mínimo, três conjuntos de competências: a de especialista num determinado campo de conhecimento técnico (alimentação, por exemplo); a de habilitado na metodologia de sua função educativa específica (alimentação escolar); a de educador escolar, ou seja, alguém preparado e comprometido com a educação e com a proposta pedagógica da escola onde atua.

Você percebe que ser funcionário, como educador escolar, é muito mais do que sorrir no atendimento aos alunos e aos pais, ser sensível aos problemas das crianças e dos adolescentes, ser solícito no cuidado com os estudantes e com os diferentes espaços escolares? Ser educador escolar, tanto como professor, quanto como funcionário, implica competências mais complexas – exatamente as que estamos tentando desenvolver com esse curso e que, certamente, você precisará aperfeiçoar em sua escola, em sua vida e, se a educação brasileira evoluir como desejamos, você

irá discutir e aprofundar num futuro curso superior de graduação ou pós-graduação.

Vamos agora a mais alguns conceitos.

Financiamento da educação – Se em sua cidade existem escolas particulares que cobram mensalidades bem diferentes (uma de R\$ 500,00 e outra de R\$ 2.000,00 – por exemplo), você deve ter reparado que nas mais baratas os professores têm salários menores que nas mais caras. Até o salário dos poucos funcionários de ambas também têm diferenças, embora menores. Simplesmente porque o salário dos trabalhadores em educação provém da receita de cada escola, não é? No caso das escolas públicas, a coisa funciona de maneira semelhante. Se a arrecadação de impostos de um estado ou município é muito maior que de outro, em relação a um número igual de matrículas, o governo mais rico poderá pagar salários melhores.

As finanças podem ser comparadas porque o art. 212 da Constituição Federal diz que, no mínimo, 25% dos impostos dos quatro Estados, compreendidas as transferências, devem ser gastos com a Manutenção e o Desenvolvimento do Ensino (MDE). Ora, o art. 6º da LDB acrescentou duas coisas: primeiro, que o percentual mínimo é 25%, e pode ser aumentado pela Constituição de cada estado ou pela Lei Orgânica de cada município; segundo, que esses impostos vinculados à MDE só podem ser gastos no ensino público. Assim se explica porque os salários do Acre são – ou já foram – os maiores do país, depois do Distrito Federal. A Constituição do Acre determina que o percentual para MDE seja de 30%. Já o Piauí, que também tem de aplicar 30%, arrecada pouco, por isso os salários são muito baixos por lá. Aliás, estes dados comparativos de estados e estados, estão colocados como exemplos da década de 2001 a 2010. Atualmente são bem distintos. Com o Piso Salarial Nacional de 2008, e o trânsito entre estudantes de redes estaduais e municipais, modificou-se a realidade: hoje os professores do Distrito Federal ganham muito menos que de outros estados, principalmente do Mato Grosso do Sul. Desigualdades injustas também existem em relação aos funcionários da educação e outros educadores e entre funcionários e outros servidores públicos. Pior: entre as próprias subcategorias dos funcionários, como os técnicos e os “apoios” de Mato Grosso, ambos formados em cursos técnicos de nível médio desde o século passado.



Atenção

Muita atenção! Para melhorar o salário, é preciso que o Estado ou município arrecade bastante, evitando as imunidades, as isenções, as sonegações e os desvios de verbas.



Pratique

Você sabe quanto seu Estado arrecada por mês de ICMS? E o Fundo de Participação dos Estados, quanto está rendendo por aí? No seu município, existem duas transferências fundamentais para financiar a educação: Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Quanto a prefeitura recebeu com as transferências no mês passado? E a arrecadação municipal de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços (ISS) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), de quanto foi? Faça o cálculo dos 25% desses montantes e veja que o dinheiro para a educação não é tão pouco assim. E por que o salário dos funcionários é tão baixo? Procure, em grupo, a Secretaria Municipal de Finanças ou a Câmara de Vereadores. Resuma estes cálculos no Memorial.

O ICMS é a maior fonte de receita para o pagamento dos salários dos servidores públicos, inclusive da educação. Assim, a melhoria dos salários dos educadores, nos estados e municípios depende muito de seu faturamento, da receita da venda de produtos ou da oferta de serviços. Os trabalhadores organizam-se em sindicatos e lutam, até mesmo com greves, para arrancar uma melhoria salarial dos patrões. Nas instituições públicas também é importante a organização dos servidores. Na área da educação, a vinculação de verbas à MDE facilita a luta de professores e funcionários. Vejamos o caso do Mato Grosso. Antes que os funcionários se integrassem à Associação Mato-grossense de Profissionais de Educação (Ampe), eles ganhavam o salário mínimo. Depois, com a unificação e a transformação da Ampe em Sintep/MT, os funcionários conseguiram tanto na rede estadual, quanto na municipal de Cuiabá duas grandes conquistas: a profissionalização, por meio dos quatro cursos agora ofertados pelo Proffuncionário, e o enquadramento na Lei Orgânica dos Profissionais da Educação, fazendo valer sua progressão funcional, com consequente melhoria salarial.

Em São Paulo, existe um sindicato específico dos funcionários, a Afuse; Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação, em Brasília, também, o Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Distrito Federal (SAE/DF). Na maioria dos Estados, os funcionários estão integrados ao antigo Sindicato dos Professores e nos Municípios um bom número pertence ao sindicato dos servidores municipais. A lei brasileira dá liberdade de organização aos trabalhadores. Mas a experiência tem mostrado que a melhor forma é associar-se por ramo de atividade (educação, saúde, segurança etc.). Por isso, a CNTE está empenhada na organização dos educadores públicos sob suas fileiras e na unificação dos trabalhadores em uma única entidade, a Central Única dos Trabalhadores (CUT).



Pratique

Você é sindicalizado? Como estão organizados os funcionários das escolas estaduais e municipais em sua cidade? Você já fez uma greve? Como reagiram seus familiares? Entreviste um líder sindical e saiba quais são as reivindicações do sindicato para professores e funcionários. Registre em seu memorial.

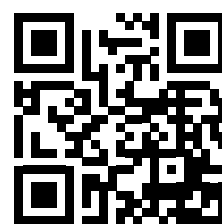
Constituição – Você deve ter percebido que várias vezes neste curso recorremos à Constituição Federal. Todos os países têm constituições. Elas são a Lei Maior, a Carta Magna, como foi chamada pela primeira vez, na Inglaterra, oito séculos atrás. No Brasil, já tivemos seis Constituições:

- a. a do Império, outorgada por D. Pedro I, em 1824;
- b. a da Primeira República, de 1891;
- c. a de 1934, após a Revolução de 1930 e o Movimento Constitucionalista de São Paulo, em 1932;
- d. a de 1937, chamada do Estado-Novo;
- e. a de 1946, que restaurou a democracia após a ditadura de Getúlio Vargas; e



Saiba Mais

No site da CNTE, você encontrará a lista de todos os sindicatos de trabalhadores da educação com seus endereços postais e eletrônicos, além de notícias que certamente são de seu interesse.





Saiba Mais

Você pode acessar a **Constituição Federal de 1988** no QR-Code mostrado abaixo.



f. a de 1967, que regulou a ditadura militar.

Atualmente, estamos na sétima, a chamada Constituição Cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988 e que já sofreu mais de cem emendas. Ela tem dez artigos especialmente dedicados à educação: do 205 ao 214. O 208 é, talvez, o mais importante, porque dispõe sobre as garantias do Estado: educação infantil para crianças até cinco anos; educação básica obrigatória e gratuita para as crianças e adolescentes de quatro a dezessete anos e para os que não a concluíram na idade própria; educação especial para as pessoas com deficiências; ensino noturno regular e programas suplementares de material didático, alimentação, transporte e saúde para todos os alunos e alunas da educação básica.

Tudo isso é muito bonito, mas só se torna realidade se existem recursos financeiros públicos suficientes e se os cidadãos reivindicam, se organizam e lutam para efetivar seus direitos.



Pratique

Você já leu a Constituição Federal? E a Constituição de seu Estado? Existem exemplares da Lei Orgânica do Município na biblioteca da escola?

Escreva para um senador, ou deputado federal, pedindo-lhe que mande para sua escola uma Constituição atualizada. Faça o mesmo com um deputado estadual e um vereador, pedindo-lhes um exemplar da Constituição Estadual e outro da Lei Orgânica do Município. Pesquise quantas vezes nelas aparecem as palavras "funcionário" e "servidor público" ou profissionais da educação.

Educação superior – O art. 208 da Constituição Federal também garante o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Ou seja, depois da educação básica, os cidadãos brasileiros contam com as instituições de educação superior, com cursos de graduação e pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Para entrar num curso superior, precisamos provar nossa capacidade, seja por meio da própria conclusão do ensino médio, seja pela aprovação num concurso seletivo (vestibular). O esquisito é que a concorrência em alguns cursos é tão grande que, por melhor que nos saíamos nas provas, é difícil se classificar entre os primeiros que conseguem a vaga tão almejada. A classificação não tem sido feita por critério de capacidade, mas por critérios econômicos e sociais. Quem é rico, paga um bom colégio particular de ensino médio ou um bom cursinho e entra na universidade pública. Se reprovado em seu vestibular, recorre a uma faculdade particular, onde paga pesadas mensalidades. Por essas e outras razões, o Ministério da Educação propôs ao Congresso Nacional leis de reforma da educação superior: a Lei de Cotas, com reserva de vagas para filhos de famílias pobres, para negros e para indígenas. Além disso, programas de bolsas e de financiamento em faculdades privadas. Na América Latina, os países de língua espanhola têm universidades desde 1530. As nossas primeiras, no Rio de Janeiro e em São Paulo, datam de 400 anos depois, ainda não completaram cem anos. Na Argentina e na Bolívia, os alunos que terminam o ensino médio ingressam automaticamente nas universidades. Por que o Brasil não faz assim?



Pratique

Você conhece algum funcionário ou funcionária de escola que tenha feito um curso superior? Faça uma entrevista e pergunte o que mudou em sua vida. Você tem um filho(a) ou irmão(ã) menor que completou ou faz um curso superior? E você, sonha com isso? Quais seriam os cursos superiores mais adequados à sua profissão? E qual é o que lhe desperta mais desejo? Existem cursos superiores em sua cidade? Quais?

Registre em seu memorial.



7

**Funcionários:
profissionais valorizados
ou servidores descartáveis?**



Funcionários: profissionais valorizados ou servidores descartáveis?

Nesta Unidade, vamos discutir a questão da profissionalização dos funcionários no contexto das tendências de terceirização.

Começemos pela terceirização. Para entendê-la, precisamos escutar alguns teóricos que classificam as atividades de trabalho em "atividades-fim" e "atividades-meio". Para que serve um hospital? Para curar os doentes? Se você responder que sim, então as atividades de médicos e enfermeiros serão "atividades-fim" e praticamente todas as outras (preparo dos alimentos, conservação dos equipamentos, limpeza do ambiente etc.) serão "atividades-meio", que só existem como condições ou pré-requisitos da cura dos doentes. Uma administração eficiente e eficaz se concentraria nas "atividades-fim" e poderia confiar as "atividades-meio" a "terceiros", ou seja, a pessoas ou empresas que prestariam serviços ao hospital, mas não fariam parte de seu quadro permanente de funcionários.

Vamos a uma fábrica de sapatos. Qual é a finalidade da fábrica? Produzir sapatos? Então a atividade-fim resume-se aos desenhistas de novos modelos e aos operários especializados da produção, que são cada vez em menor número, por conta da mecanização e da automação. Se a venda dos sapatos também for incluída como finalidade da fábrica, os altos funcionários do marketing também serão considerados de atividades-fim. Os outros, todos os outros, serão outros e, portanto, passíveis de ser terceirizados, substituídos por "terceiros" contratados.

Aqui existe uma grande polêmica. Na visão tradicional e na concepção tecnicista, sim. O ensino seria a atividade-fim; o resto, atividades-meio, de suporte ou de apoio. Entre essas últimas, haveria as atividades de suporte pedagógico (supervisão, orientação, administração, inspeção e planejamento) e as de apoio não pedagógico (alimentação, conservação, vigilância e outras).



Refleta

E a escola também tem atividades-fim e atividades-meio?

Nesse caso, seria plausível terceirizar a merenda, os serviços de manutenção e limpeza, até mesmo a biblioteca, os laboratórios. Estas seriam consideradas atividades periféricas a um núcleo que constituiria a proposta pedagógica da escola.

Em nossa forma de conceber a escola, não existem atividades-fim e atividades-meio, porque o objetivo da escola não é o ensino, mas a educação em sua totalidade.

Todas as atividades, desde que incluídas na proposta pedagógica, integram-se ao currículo e tornam-se atividades-fim. Todas as atividades transformam-se em competências profissionais e não em serviços mais ou menos afins ao processo de ensino-aprendizagem.



Articulação entre técnicos em alimentação escolar e docentes. Fonte: Freepik

Vamos a um exemplo. A professora de Geografia pode trabalhar o Nordeste brasileiro e citar em suas aulas os problemas da desnutrição infantil, ao mesmo tempo que relata a variedade da fruticultura nordestina, as propriedades das frutas tropicais da região, a gostosura da culinária baiana, a excelência de um desjejum à base de tapioca ou cuscuz. E, na merenda, desfilaria o cardápio monótono do arroz com frango e macarrão. As atividades de ensino estariam desarticuladas com as de alimentação ou da educação alimentar. Mas, se professora e a técnica em alimentação planejam juntas as atividades de uma quinzena, por que não preparar na merenda caruru, vatapá, cuscuz e tapioca, ao mesmo tempo em que na Geografia se ensina a cultura nordestina?



Refleta

Aqui entra a reflexão sobre o profissionalismo dos funcionários.

Eles precisam dominar as técnicas inerentes a cada uma de suas funções, não superficialmente, como que "por acaso", pelo "aprendizado da vida", mas por meio de uma aprendizagem científica e técnica capaz de preparar cada um e cada uma para as múltiplas habilidades que o currículo amplo da escola irá exigir.

Esse é um dos desafios do Profuncionário.



Saiba Mais

Sabia que, para funcionar, qualquer escola precisa ser credenciada por um conselho de educação?

E que qualquer curso, também, somente será válido se obtiver uma autorização no início do funcionamento e um reconhecimento ao seu final?

Outro exemplo: o professor de Ciências explicando noções de hidráulica. Por que não combinar com o técnico em infraestrutura escolar atividades práticas nos banheiros, para que os alunos vejam como funcionam as torneiras e as descargas dos vasos sanitários, de modo que eles e elas reforcem seus padrões de higiene, de moderação no uso da água, e até aprendam a fazer os consertos mais simples em suas residências?

Deu para perceber como todas as atividades se fazem educativas e se integram no plano curricular e na proposta pedagógica da escola?

Em nossa concepção, não haverá alguém para varrer uma sala ou limpar um corredor, e outro alguém para consertar um filtro ou decorar um espaço. O técnico ou a técnica em meio ambiente e manutenção de infraestruturas escolares acumulará uma série de conhecimentos e habilidades reunidas em seu perfil, que comporá a nova função educativa. Com isso não queremos negar a necessidade complementar de profissionais especialistas – não profissionais da educação –, que darão sua contribuição à escola, em ações eventuais, embora necessárias, como o arquiteto, o engenheiro civil, o técnico em refrigeração, o técnico em informática.

Outro exemplo: hoje, as merendeiras contentam-se com um conhecimento básico do preparo dos alimentos, deixando às nutricionistas a tarefa do planejamento de cardápios e a outros trabalhadores uma série de habilidades afins.

O curso de técnico em alimentação escolar, além da formação de educador, irá ampliar e aprofundar os conhecimentos da nutrição, da alimentação, da produção e da comercialização de alimentos, de tal forma que eles e elas dominarão um campo de conhecimento aplicado, de modo a contribuir na qualidade e na variedade das refeições e, conseqüentemente, na integração de suas atividades com todas as atividades curriculares.

A mesma reflexão poderíamos fazer, com riqueza de detalhes, sobre o profissionalismo dos técnicos em multimeios didáticos e de gestão ou secretariado escolar.

Passemos a mais alguns conceitos:

Conselho Estadual e Municipal de Educação – Até 1996, só existiam, além do sistema federal, os sistemas estaduais de ensino.

Escolas municipais e privadas tinham de ser credenciadas, e seus cursos autorizados e reconhecidos pelo Conselho Estadual de Educação. Ora, num Estado com mais de quatrocentos municípios (MG, SP, RS, BA) ou com mais de dez mil escolas (quase todos), não havia conselho que desse conta do recado. Aí surgiram os sistemas municipais de ensino (art. 211, da CF, e art. 11, da LDB), com os conselhos municipais de educação. Os conselhos de educação são constituídos por educadores que representam as diversas forças do estado ou do município: universidades públicas e privadas, sindicatos, diretores de escolas, especialistas em educação, empresários, conselheiros escolares. Raramente contam com representantes dos pais e dos alunos. Aos conselhos estaduais ou municipais compete atuar na elaboração e na avaliação dos respectivos planos de educação. Também o credenciamento das escolas e a autorização dos cursos de profissionalização dos funcionários são de sua competência. Ninguém recebe um diploma de curso profissional, como o Profuncionário, sem que este seja reconhecido pelo respectivo conselho.



Pratique

Em seu município existe um Conselho Municipal de Educação? Quais são as pessoas que o integram? Sua escola tem nele algum representante? Quantas vezes por mês reúne-se o Conselho Municipal? Visite-o e pergunte se o Município se constitui em sistema de ensino autônomo, com escolas e organização próprias. Se você reside na capital do Estado, faça uma visita também ao Conselho Estadual de Educação.

Educação especial – Um dos fenômenos mais gratificantes da evolução social do Brasil nas últimas décadas é o da inclusão educacional. Sem dúvida, de 1970 para cá, passamos de 50% de matrículas para quase 90%, em relação à população de seis a dezessete anos, idade do ensino fundamental e médio.

Entretanto, além da matrícula na série adequada, ainda existe uma grande exclusão das crianças e adolescentes com deficiências e transtornos globais no desenvolvimento. No passado, desde o tempo do Império, os surdos e cegos começaram a ser atendidos em instituições próprias, ditas “especializadas”. O mesmo aconteceu com as pessoas com deficiência mental, de maior ou menor gravidade. As discussões científicas e as mobilizações sociais levaram a Constituição de 1988 a defender uma política de inclusão dos alunos da modalidade de educação especial em classes e escolas regulares das redes públicas. Os artigos 58, 59 e 60 da LDB foram ainda mais explícitos. O Conselho Nacional de Educação, por meio da CEB, emitiu as diretrizes nacionais da educação especial no Parecer no 17, de 2001 e na Resolução no 02, de 2001. Espera-se que a implantação do Fundeb incentive o acolhimento na educação escolar, não somente dos deficientes, como também dos “superdotados” desde a educação infantil, em vista de desenvolver com maior eficácia suas potencialidades e valorizar suas diferenças.



Pratique

Depois de pesquisar no Censo Escolar do INEP o número de matrículas da Educação Especial Inclusiva e Especializada, procure visitar em sua cidade dois tipos de instituição: uma escola inclusiva pública e uma escola especializada privada. Entreviste seus dirigentes e os funcionários que nela trabalham para verificar as especificidades de sua tarefa. Registre em seu memorial.

EaD – Há muito tempo, além das instituições presenciais, que exigem frequência dos alunos em classes com um ou mais professores, existem os cursos a distância. Primeiro, usou-se a correspondência postal. Milhares de jovens e adultos cursaram o Instituto Universal Brasileiro ou o Monitor, que oferecem, até hoje, cursos de qualificação profissional.

Depois, vieram os cursos por rádio (alfabetização de adultos, Projeto Minerva, Movimento de Educação de Base etc.). Mais recentemente, apareceram os telecursos, sendo o mais famoso deles o Telecurso 2000, da Fundação Roberto Marinho. De uns anos para cá, começaram a ser oferecidos cursos a distância pela internet, incluindo cursos semipresenciais profissionais de nível médio e superior. Um deles, o Proformação, destinou-se a habilitar em nível médio milhares de professores leigos para lecionarem nas séries iniciais do ensino fundamental. Várias universidades estão oferecendo cursos de especialização e até mesmo cursos de graduação e licenciaturas a distância, sempre com a exigência de atividades presenciais, incluindo os estágios supervisionados. A mais recente iniciativa do MEC é a Universidade Aberta do Brasil. Na educação superior, não há dúvida de que essa modalidade contribui para a democratização do acesso tanto para as populações das menores cidades como para os jovens e adultos que já trabalham e não dispõem de um período do dia ou da noite para frequentar os cursos regulares. O Profucionário, que você está começando a fazer, um Programa que coordena a oferta gratuita de Cursos Técnicos, de iniciativa do MEC e execução da Rede Federal e das Redes Estaduais de ensino - todos eles na modalidade de educação a Distância - EaD, é mais um curso de EaD, profissionalizantes de nível médio e desenvolvidos em quatro habilitações da área de serviços da gestão escolar.



Uso de tecnologias na Educação a Distância. Fonte: Elaboração própria.



Pratique

Você acha que será possível aprender e se profissionalizar por meio deste curso, que é de educação a distância - EaD? Por quê? Como? Registre em seu memorial.

Gestão educacional – Vou à padaria todas as manhãs para adquirir cinco mini pães. Num desses sábados, fiquei uma “arara”. Por quê? Cheguei lá e um só freguês estava levando para revender duzentos mini pães. Eu teria de esperar vinte minutos pela próxima fornada. O pãozinho é danado de gostoso e barato. Mas eu e outros fregueses ficamos na mão. Falta de administração. Falta de gerenciamento da produção e da venda. Falta de planejamento. A gestão da padaria está falha, como também pode estar falha a gestão de uma escola, se os alunos não aprendem o que é proposto ou se o que é proposto não corresponde aos direitos e às demandas da comunidade. Gestão é o conjunto de ações que garantem, numa determinada instituição, a consecução dos objetivos, que, por sua vez, correspondem às demandas ou aos direitos sociais. Em geral, a gestão compõe-se de: planejamento (com diagnóstico e fixação de diretrizes; objetivos e metas; escolha de estratégias e ações; alocação de recursos; instrumentos de controle), execução e avaliação. A gestão de uma escola não é isolada das funções educativas, principalmente do processo de ensino-aprendizagem. Nesse curso, insistimos em que os professores e os funcionários não docentes (incluindo o diretor e sua equipe) – todos – são educadores. E todos também são gestores, porque a gestão, hoje, não é uma atividade-meio, ela é intrinsecamente pedagógica. A gestão, se for autoritária, é deseducadora. Se não for transparente, não é neutra, mas deseducadora. Numa sociedade democrática, a gestão deve ser democrática, o que supõe discutir os métodos clientelísticos, meritocráticos ou eletivos de se escolher uma direção. E, depois de discutir, propor mudanças.



Pratique

Como se dá a gestão em sua escola? Existe uma Proposta Pedagógica? Um Regimento Escolar? Como são escolhidos o diretor e sua equipe? Há um plano de gestão do mandato? E o Conselho Escolar, como é composto, quando se reúne, com que pautas? Você já participou do Conselho? Como você representou ou como é representado seu segmento?



8

Funcionários: gestores na democracia escolar



Funcionários: gestores na democracia escolar

Nesta Unidade, vamos apresentar, para sua leitura e reflexão, o texto "Cinco princípios da democracia na escola", que escrevi há trinta anos, a pedido dos diretores de escolas do Espírito Santo e, depois, passaremos aos comentários.

Cinco princípios da democracia na escola

A escola brasileira tem uma história de elitismo, de seleção excludente e de autoritarismo.

Os colégios jesuíticos da Colônia tinham muita qualidade, mas excluíam os negros, selecionavam os indígenas – aproveitando e aprovando os "obedientes" – e aos brancos e mamelucos destinavam uma cultura elitista, apropriada para governantes e burocratas, civis e eclesiásticos.

As aulas régias do Marquês de Pombal, embora buscassem metodologias menos retrógradas, reforçaram a elitização da clientela e submeteram os mestres à Santa Inquisição.

As escolas públicas do Império e da República, até hoje, ou excluem na matrícula ou reprovam na avaliação, fabricando uma perpétua evasão e reforçando a desigualdade e estratificação social.

Contra essas tendências seculares, vicejou a rebeldia de alguns e se conquistou um crescente ingresso do povo na escola – a chamada "democratização do acesso". Hoje, bem mais de noventa por cento dos brasileiros de seis a dezessete anos estão matriculados em escolas, na maioria, públicas.

E a democratização das relações dentro da escola, a democratização da gestão, como está?

Aqui se distinguem governos autoritários e governos populares, embora, em ambos, o cotidiano se faça também de professores rebeldes, de alunos atrevidos e de diretores condescendentes.

O norte está dado pelo art. 206 da Constituição Federal, detalhado pelo art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: "gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino".

Enumero aqui cinco princípios para a construção legal e existencial desta prática nova: a democracia na vida escolar.

- **Gestão democrática** supõe ruptura com práticas autoritárias, hierárquicas e clientelísticas. Por isso, a eleição de diretores, embora não constitua a essência da gestão democrática, tem sido o sinal histórico para distinguir o "tempo autoritário" do "tempo democrático". Mas não é a eleição evitada de populismo e de outros vícios que ajuda a democracia. Seu processo precisa ser aperfeiçoado, para ser uma prática pedagógica de aprendizado da cidadania democrática. E tem de ser acompanhada de práticas administrativas do sistema articuladas com uma nova forma – democrática – de decidir, de governar, de ordenar, de avaliar.
- **Gestão democrática** é a participação dos atores em decisões e na avaliação. Talvez o ideal fosse fazer da assembleia geral escolar o órgão máximo deliberativo. Mas, no dia a dia, temos de construir um Conselho Escolar, competente e viável, onde todos os segmentos estejam presentes e operantes, gerando e acumulando um novo e influente poder: o poder escolar. Professores, funcionários, alunos, pais e direção passam a ser um colegiado que se reúne ordinária e frequentemente, propondo e avaliando o Projeto Político Pedagógico da escola, que, na nova LDB, ganhou substancial importância.
- **Gestão democrática** supõe representação legítima dos segmentos. A direção, mesmo quando eleita, representa o Estado, os direitos de todos. Os pais representam autenticamente os pais e mães, superando aquela ambiguidade das Associações de Pais e Mestres. Professores e funcionários representam seus pares na escola, levando as posições de suas entidades de trabalhadores da educação. E os alunos? A representatividade dos alunos deve somar

à sua condição de “educandos” enturmados na base da escola, liderados por “representantes de classe”, a prática de uma organização política mais ampla, em grêmios livres e associações municipais e estaduais, nem sectárias, nem partidarizadas.

- A **gestão democrática** da escola se baliza pelo Projeto Político Pedagógico da Escola. São os objetivos e metas da escola, referenciada à sociedade do conhecimento, que unem o Conselho, que presidem as eleições, que direcionam as decisões e práticas de seus atores. O professor e o funcionário precisam abdicar de seu corporativismo; os pais precisam superar seu comodismo; os alunos precisam conquistar o exercício de sua liberdade de aprender. De aprender ciência, de cultivar a arte, de praticar a ética. Não abrir mão de seus dias e horas letivos, que lhes garantem o direito de crescer na cultura e no saber. Embora a Proposta Pedagógica deva ser cientificamente cuidada por profissionais da educação, ela deve ser elaborada e avaliada por toda a comunidade escolar e pelo Conselho.
- **Gestão democrática** da escola se articula com administração democrática do sistema de ensino. Se a Divisão Regional ou outros órgãos intermediários continuarem a viver de práticas burocráticas, a Secretaria de Educação de atitudes baseadas em hierarquias com mais ou menos poder, o MEC de resoluções olímpicas, a gestão democrática nas escolas estará asfixiada. Acima de tudo, a alocação de recursos financeiros, de forma transparente, deve ser o combustível do cotidiano da democracia na escola. O foco de qualquer descentralização de verbas – para merenda, para livros didáticos, para manutenção e outros gastos – deve ser a escola (não o diretor ou diretora), alimentando o Conselho Escolar na viabilização de suas ideias e decisões. Só assim se chegará ao exercício final da democracia escolar, a autonomia, pela qual a escola pública alcançará sua maioria política e pedagógica.

Você sabe que, pelo art. 14 da LDB, todas as escolas devem ter seu Conselho Escolar, ou seja, um órgão deliberativo, composto por representantes de professores, funcionários, alunos e pais, com a atribuição de elaborar e acompanhar a proposta pedagógica do estabelecimento e tomar as decisões pedagógicas e administrativas

mais importantes, assim como assessorar a direção na resolução dos problemas da escola.

Essa forma de administração colegiada não é novidade no Brasil. Nos meus tempos de estudante em Campinas, no segundo andar do prédio principal do Colégio Estadual Culto à Ciência, junto à biblioteca, havia uma sala grande com uma enorme mesa de jacarandá e, pelo menos, umas vinte cadeiras onde se faziam as reuniões da Congregação. Ora, a Congregação, constituída do diretor, do secretário e dos professores do colégio, nada mais era do que o Conselho Escolar no fim do século XIX e início do século XX.

Atualmente, depois de 15 anos de ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) e de 20 anos de ditadura militar (1964-1984), vivemos numa democracia, no chamado Estado de Direito. Olha o que diz o art. 1º de nossa Constituição:

"Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I – a soberania;
- II – a cidadania;
- III – a dignidade da pessoa humana;
- IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou, diretamente, nos termos desta Constituição."

Durante muitos anos, dentro das escolas não se vivia a democracia – a igualdade, a liberdade e a fraternidade. O que se via era o autoritarismo, a hierarquia, uns sabendo tudo, outros aprendendo o que eles queriam e outros ainda (os funcionários) sabendo quase nada. Uns mandando, outros obedecendo. A escola sem autonomia, dependente das normas "superiores", e as ações administrativas sem transparência, principalmente para os alunos. Os pais, então, principalmente quando não pertenciam ao círculo social do diretor e dos professores, eram ignorados.

Quando conseguiam entrar na escola, eram recebidos no pátio ou nos corredores, quando muito no balcão da secretaria, para dar ciência de alguma suspensão, expulsão ou reprovação.



O ânimo de funcionários e funcionários pode mudar com uma gestão democrática. Fonte: Freepik

Os funcionários viviam cabisbaixos. Ou, então, ficavam com o "rei na barriga", assumindo a postura de lacaios da direção. A eles não pertencia à gestão, à administração da escola, mas simplesmente executar tarefas desarticuladas do currículo.

Você já percebeu que a proposta do Profuncionário é a valorização maior possível dos funcionários das escolas e dos órgãos dos sistemas de ensino. É dar a eles e a elas o mesmo status que têm os professores, como educadores e profissionais. Mas, assim como os professores – apesar do trabalho diferenciado entre eles e, às vezes, de uma formação distinta – têm em comum a responsabilidade de ensinar e garantir o aprendizado dos alunos, os funcionários têm em comum a gestão dos espaços escolares.

Onde eles estejam, na portaria, nos pátios, nos corredores, na secretaria, na biblioteca, na cantina, nos sanitários, nos laboratórios, no ônibus escolar, no escritório do órgão estadual, regional ou municipal de Educação, eles são os educadores que se preocupam pela gestão da totalidade material da educação escolar. Não pode ser desprezada essa "materialidade" porque se trata dos canais por onde fluem as atividades de ensino-aprendizagem, as condições estruturantes do sucesso da educação dos estudantes.



Refleta

Quais são os papéis dos funcionários na construção e na operação da gestão democrática da educação?

Como eles e elas devem tecer os fios do poder escolar, que precisa se afirmar no rumo da Proposta Pedagógica da Escola e do projeto político do sistema de ensino?

Princípios orientadores da gestão democrática

Empoderamento

A escola deve constituir uma identidade. Os professores e os funcionários têm de elaborar sua Proposta Pedagógica respondendo aos desafios e aos apelos da realidade. Assim nasce um poder escolar resistente a desmandos políticos, a limitações financeiras e a pressões de forças corporativas.

Participação

A escola tem o papel principal de propiciar a educação dos estudantes. Mas não é uma educação qualquer. É a educação que valoriza a participação de todos os atores: professores, funcionários, alunos, pais, mães e outros responsáveis. Na sala de aula não é só o professor quem fala. Na escola não é só o diretor quem manda. Na realidade, ninguém deve mandar. Todos fazem sua parte, sob o comando, a iniciativa, do diretor. Quando a escola é maior e tem vários turnos, sob o comando de uma equipe de direção.

Representatividade

No processo de participação, principalmente no Conselho Escolar ou em outras reuniões, cada um deve falar em função do pensamento de seu grupo, de uma discussão prévia com os representados. Nossas individualidades devem ficar em segundo plano, para que o pensamento coletivo se transforme em decisões coletivas.

Autonomia

A escola é federal, estadual ou municipal, mas, acima de tudo, é esta escola, com um nome, com uma história, com uma proposta. A democracia não representa bagunça, desorganização. Pelo contrário, tudo tem de ser decidido e feito de acordo com regras já assentadas e as decisões

tomadas. Esse processo vai construindo a autonomia da escola, no sentido de que ela reconhece e resolve por si os problemas, sem, é óbvio, dispensar a cooperação das autoridades e da comunidade.

Transparência

A escola democrática é aquela onde as informações são públicas. Não há segredos nem "panelinhas". Qualquer dinheiro que a escola recebe ou adquire tem o conhecimento de todos, e seu destino é alvo de decisão do colegiado. As despesas viram notícia pública, em mural ou boletim. Assim como os alunos aprendem cidadania em eleição de diretor, preparando-se para as eleições gerais, todos aprendem a controlar as verbas públicas pelo acompanhamento dos gastos escolares.

Passemos agora aos últimos conceitos descritos neste Caderno

Políticas Educacionais e Plano de Educação – Ouvimos a toda hora as pessoas falarem de políticas públicas, de políticas de saúde, políticas de segurança, políticas de educação. O que são, afinal, políticas públicas? Ouso descrever assim: são um conjunto de intenções e ações dos poderes públicos, que procuram responder às demandas da sociedade. Por exemplo: a sociedade exige que todos aprendam a ler e a escrever. Aí os poderes públicos colocam na Constituição e na LDB que se deve erradicar o analfabetismo (intenção); em seguida o Governo Federal cria o Mobral (1970), a Fundação Educar (1985), o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (1990), o Programa Brasil Alfabetizado (2003), os governos estaduais e municipais abrem turmas de supletivo e de EJA - essas são ações. Só que nem sempre as ações políticas atingem os objetivos, avolumando as demandas. Surge então o Plano de Educação, que também é uma política, num patamar superior: ele trata da totalidade do problema, com uma metodologia científica e com participação de todos ou da maioria dos atores. Assim nasceu o Plano Nacional de Educação (PNE), fixado pela Lei n.º 10.172, de 9 de janeiro de 2001. E em 2014 surgiu o PNE II, pela Lei 13.015, de 25 de junho, que, como decenal, vigorou até 25 de junho de 2024, e foi prorrogado até 31/12/2025, pela Lei nº 14.934, de 25 de julho de 2024. Ele exigiu a elaboração de 27 Planos Estaduais e 5.565 Planos Municipais de Educação. Ele exigiu a aplicação de 10% do PIB em educação de acordo com

o texto aperfeiçoado do art. 214 da Constituição. Se estados e municípios não elaborarem cientificamente e democraticamente seus Planos, o PNE será incapaz de alcançar suas próprias metas. Agora, no último ano do atual PNE, prorrogado até 31 de dezembro de 2025, estamos novamente em processo, guiados pelas atividades da Conferência Nacional de Educação (Conae), no âmbito dos municípios, dos Estados e do país.



Pratique

Você conhece o Projeto de Lei 2614, de 2024? A proposta do novo Plano Nacional de Educação que está em elaboração a partir da Conferência Nacional de Educação que se realizou em janeiro de 2024? Ele irá substituir o atual PNE (2014-2024).

Este Plano Nacional apresenta metas e estratégias para cada etapa e modalidade de ensino e a partir dele serão elaborados os Planos Estaduais e o Municipais de Educação, sempre tendo por referência o PNE.

Busque conhecer o plano municipal de educação da sua cidade e se não encontrar o Plano Estadual e faça uma reflexão crítica acerca do alcance das suas metas.

Conheça mais sobre o PNE no endereço eletrônico:
<https://undime.org.br/noticia/02-01-2023-12-17-lancado-novo-painel-de-monitoramento-do-pne>.

Registre as anotações em seu memorial.

Fundeb – As escolas públicas são financiadas, como sabemos, pelas receitas de no mínimo 25% dos impostos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino. De 1997 a 2006 funcionou o Fundef, que captava 60% desses 25% da receita de cinco impostos (FPE, FPM, ICMS, IPI-Exp. e Lei Kandir) e os juntava na mesma cesta de recursos no âmbito de cada estado, distribuindo-os para a rede estadual e para as redes municipais na proporção de sua matrícula no ensino fundamental. Isto trouxe mais igualdade na distribuição de verbas. Entretanto, a educação

infantil, a EJA e o ensino médio ficaram prejudicados. Para superar esta situação, a Emenda n.º 53, de 2006, instituiu o Fundeb, que colocou mais três impostos na cesta de distribuição, formada por 80% dos 25%, e destinada a todos os alunos da educação básica. Além dos recursos de estados e municípios, o Fundeb de 2006 passou a contar também com dinheiro da União, na proporção de 10 por cento do total de suas receitas oriundas dos Estados e Municípios. Nos Fundebs estaduais, o dinheiro passou a ser distribuído não somente por todas as etapas da educação básica, mas por suas modalidades, inclusive na EJA, na educação especial e na educação profissional. O município que quisesse ter mais recursos teria de abrir mais vagas em suas escolas. A Lei n.º 11.494, de 2007, que regulamentou o Fundeb, estabeleceu variações de peso dessas matrículas e deu aos Conselhos Estaduais e Municipais a tarefa do controle e acompanhamento social das receitas e despesas. Mais recentemente, em 2020, a Emenda 108 criou o **Fundeb PERMANENTE**, como política intrínseca à Legislação Educacional Nacional, passando a complementação da União de 10% para 23% dos recursos do Fundo.



Pratique

Você já leu a Emenda Constitucional que instituiu o Fundeb Permanente? E a Lei que a regulamentou? Qual é seu número e o da Lei que a regulamentou? Você conhece em sua cidade algum membro do Conselho Municipal de Controle e Acompanhamento do Fundeb? Você sabia que os funcionários têm um representante no Conselho? Pergunte a ele ou ela qual o valor mínimo anual garantido pela União, quanto foi a receita do Fundeb no município, o custo médio da rede municipal e o da rede estadual. Sabendo-se que, no país e no seu município, 70% da receita do Fundeb, no mínimo, devem ser aplicados em salários dos profissionais da educação em exercício – professores e funcionários –, calcule quanto seria possível pagar como seu salário médio. Dê esta notícia aos professores e funcionários da sua escola! Mas não se esqueça de que professores têm piso nacional profissional e funcionários da educação AINDA NÃO, e que o número de funcionários e de professores é quase igual, e um aumento de 60%

para os professores para 70% para todos os profissionais, incluindo os funcionários, exige um aumento significativo no total de receitas de impostos, na linha do que prega o Presidente, de responsabilizar os ricos a pagar mais tributos para superar as desigualdades de renda no País. As diferenças nas carreiras não foram superadas.

Comente isso no seu memorial.

Educação indígena – Como já dissemos, existem sociedades indígenas no território brasileiro há 30 mil anos. Durante séculos, essas comunidades acumularam cultura tecnológica, linguística, religiosa e artística. Criaram costumes, regras morais e processos educativos. Com a chegada dos europeus, quando não exterminados, os povos indígenas se aculturaram: foram reeducados em novas vivências, em um processo de integração em que se perdiam suas línguas, mitos, ritos, tecnologias, ciência, instituições jurídicas e costumes. A escola foi uma das agências desse massacre. A Constituição de 1988 reconheceu a identidade cultural dos povos indígenas e preconizou a educação escolar bilíngue (português + língua materna), revalorizando no currículo sua herança cultural. Os artigos 78 e 79 da LDB reforçam essa diretriz. Desde 2002, o Conselho Nacional de Educação contou com a presença de um educador indígena: até março de 2006, Francisca Paresi; até 2010, Gersem Baniwa. Sua Câmara de Educação Básica emitiu as diretrizes da educação indígena pelo Parecer no 14, de 1999 e Resolução no 03, de 1999, e definiu as condições da Instituição “escola indígena”, que pode ser mantida por entes privados e pela rede municipal, mas será sempre ligada ao sistema estadual de ensino.



Pratique

Em seu Município existem aldeias indígenas? E em seu Estado? Quais são as maiores etnias e sua população? Entreviste ou escreva para um professor indígena e pergunte como são recrutados e formados os professores e funcionários de suas escolas. Registre em seu Memorial.

Recursos financeiros para a educação (CF 1988) Quadro vigente até 2024, sujeito às mudanças da Reforma Tributária em curso		
Impostos Federais (25%)	Impostos Estaduais (25%)	Impostos Municipais (25%)
IR (53%) IPI Exp. (53%) ITR (50%) IOF I. Importação I. Exportação I. G. Fortunas (0%)	F. Part. Estados (21,5%) IPI Exp. (75%) IOF Ouro (30%) ICMS (75%) IPVA (50%) ITCM AIR IRRF Serv. Est.	F. Part. Municípios (23%) IPI Exp. (25%) ITR (50%) ICMS (25%) IPTU ISS ITBI IRRF.Serv. Mun.
Contribuições Sociais: Salário Educação/Quota Federal COFINS PIS/PASEP	Salário Educação/Quota Estadual	Salário Educação/ Quota Municipal

IR – Imposto de Renda

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

ITR – Imposto Territorial Rural

IOF – Imposto sobre Operações Financeiras

IGF – Imposto sobre Grandes Fortunas

ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços

IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

ITCM – Imposto sobre a Transmissão de Bens e Direitos "Causa Mortis"

AIR – Adicional sobre o Imposto de Renda

IRRFSE/M – Imposto sobre a Renda Retida na Fonte de Servidores Estaduais/Municipais

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

ISS – Imposto Sobre Serviços

Educação permanente – Pela LDB, a educação escolar estrutura-se em dois grandes níveis – básica e superior –, e cada um deles compõe-se de etapas: educação infantil, ensino fundamental e médio; ensino de graduação e de pós-graduação, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Você está cursando uma modalidade de ensino médio – a profissional – com características de outras duas modalidades: EaD e EJA. Uma vez inseridos na educação escolar, devemos em algum momento necessariamente encerrar nossa caminhada? NÃO!

Um doutor teria esgotado o percurso? Não. A cultura, a cada dia, acumula novos conhecimentos, novas tecnologias. A evolução da ciência não tem limites. Como era de se esperar, já inventaram o pós-doutorado. Na realidade, o que hoje se descobriu é que a educação é um processo permanente; ela se realiza por toda a vida, até a morte, ou talvez, depois dela. Um pós-doutor de 1999 tem de se atualizar em informática: caso contrário, perderá o padrão de expressão e comunicação que se desenvolve hoje por meio dos computadores e da internet. Quando você e eu terminaremos de estudar? Espero que nunca. Por isso, nada de despedidas. Nos veremos em breve, cada vez mais humildes, porque a grande verdade que descobrimos é que quanto mais aprendemos, mais distantes estamos da fonte de saber. Essa é inesgotável, permanente.



Pratique

Em sua escola, existe alguém que já defendeu uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado? Dos professores e funcionários de sua escola, quantos estão atualmente matriculados em algum curso? No mundo de hoje, é aconselhável dar os estudos por encerrados em algum momento? Qual é o próximo curso que você pretende fazer?

Anotações



Palavras Finais

Você e seus colegas de curso tiveram a oportunidade de aumentar seus conhecimentos sobre a identidade e a valorização dos Funcionários da Educação. Parabéns por terem aprofundado o saber coletivo de forma coletiva!

Vamos parar por aqui. De maneira alguma! No dia a dia, iluminados por novos saberes, estamos preparados para vivências e conquistas. Primeiro, na própria escola em que trabalham. Assumindo cada um e cada uma seu espaço educativo e todo dia lhe dando maior qualidade, mais poder de influenciar positivamente os estudantes a você confiados. O ensino é responsabilidade do professor, principalmente na sala de aula e na biblioteca. Mas a educação é papel de todos no espaço escolar como um todo, e nas relações dela com a comunidade, o município, o estado, o país, o Planeta Terra.

Além de funcionário da educação, você com o diploma de técnico será PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR. e O CONJUNTO DELES ESTÁ ORGANIZADO EM UM SINDICATO, no qual você deve se filiar para lhe imprimir força e cidadania. Não se esqueça também de agradecer à CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, que criou em 2005 o PROFUNCIÓNÁRIO E RECLAMOU EM 2023 SUA RETOMADA. Vamos participar desta luta? Contem comigo, João Monlevade, e com os educadores do MEC, da SETEC, da Secretaria de Educação Básica, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Você é um dos 2 milhões de funcionários que merecem o diploma deste curso.

Avante, companheiros e companheiras!

Referências

Documentos

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. **Lei N.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2001.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar 2003**. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

(Constituições Estaduais e Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios – Capítulos sobre Educação).

Publicações

Brasil. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação**: em cena, os funcionários de escola. Secretaria de Educação Básica – Brasília: MEC, SEB, 2004.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.

MONLEVADE, João. **Funcionários de Escolas Públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis?** Brasília: IDEA, 1995.

MONLEVADE, João. **Educação pública no Brasil**: contos e descontos. Brasília: IDEA, 1998.

SILVA, M. Abadia; MONLEVADE, João. **Quem manda na educação no Brasil?** Brasília: IDEA, 1999.

MONLEVADE, João. **Treze lições sobre fazer-se educador no Brasil**. Brasília: IDEA, 2002.

NASCIMENTO, Francisco das Chagas Firmino. **A terceirização da educação**: a face moderna do retrocesso. Brasília: Editora SAE/DF, 2002.



Anexo

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2005 ^(*) ^(**)

Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 8/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.

O Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na alínea “c” do § 1º do artigo 9º da Lei nº 4.024/1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131/1995 e no Decreto Regulamentador nº 5.154/2004, com fundamento nos Pareceres CNE/CEB nº 16/1999, CNE/CEB nº 39/2004 e no Parecer CNE/CEB nº 16/2005 homologado por despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 28 de outubro de 2005, resolve:

Art. 1º Fica incluída, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 8/12/99, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar, para oferta de cursos de Técnico de nível médio.

Art. 2º A carga horária mínima de cada habilitação profissional da área de Serviços de Apoio Escolar será de 1.200 (mil e duzentas) horas.

Art. 3º A caracterização da área e as competências profissionais gerais do técnico da área são as constantes do Parecer CNE/CEB nº 16/2005.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CESAR CALLEGARI
Presidente da Câmara de Educação Básica

^(*) Publicado no DOU de 29/11/2005, Seção I, página 12

^(**) Republicada no DOU de 09/12/2005, Seção I, página 24

Currículo do autor



João Antônio Cabral de Monlevade é sociólogo (Spring Hill College, EUA), licenciado em Filosofia (Fac. Filosofia N. Sra. Medianeira/SP), Mestre em Administração Escolar e Doutor em Educação, ambos pela Unicamp. Foi professor dos níveis fundamental e médio, professor da Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT, diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público do Mato Grosso (1985-1989), diretor da Confederação dos Trabalhadores em Educação - CNTE (1987-1991), membro do Conselho Nacional de Educação (1996-2000) e foi Consultor Legislativo do Senado Federal.

Outras publicações:

Funcionários de escolas públicas: educadores profissionais ou servidores descartáveis? Ceilândia: Idéa, 1995.

Educação pública no Brasil: contos e descontos. Ceilândia: Idéa, 1998.

Treze lições de como fazer-se educador no Brasil. Ceilândia: Idéa, 2002.

Plano Municipal de Educação: fazer para acontecer. Brasília: Idéa, 2002.

Para entender o Fundeb. Ceilândia: Idéa, 2007.

Plano Municipal de Educação: O que é e como fazer. Prefeitura Municipal de Itupiranga, PA, 2013.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

